



PROFHISTÓRIA

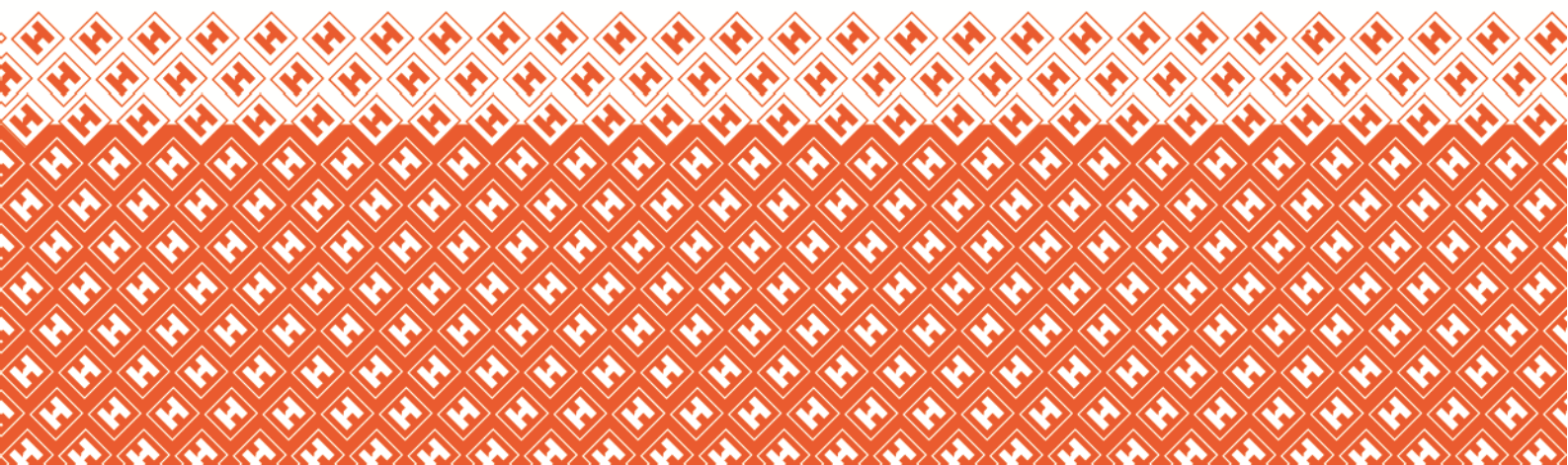
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

MARIA DO CARMO DA SILVA

**A valorização do patrimônio
histórico-cultural de Olinda-PE:
Educação Patrimonial**

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

JUNHO / 2022



UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

MARIA DO CARMO DA SILVA

**A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DE OLINDA-PE:
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História (UPE) como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Sandra Simone Moraes de Araújo

NAZARÉ DA MATA - PE

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Pernambuco – Campus Mata Norte
Biblioteca Mons. Petronilo Pedrosa, Nazaré da Mata – PE, Brasil

S586v Silva, Maria do Carmo da
A valorização do patrimônio histórico-cultural de Olinda-PE: Educação Patrimonial / Maria do Carmo da Silva. – Nazaré da Mata, 2022.
88 p.: il.

Orientadora: Sandra Simone Moraes de Araújo.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte, Mestrado Profissional em Ensino de História, Nazaré da Mata, 2022.

1. Ensino de história. 2. Paisagem cultural - espaço urbano. 3. Memória e identidade social. 4. Educação Patrimonial. 5. Patrimônio Cultural. I. Araújo, Sandra Simone Moraes de (orient.). II. Título.

CDD 907.1

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
NÍVEL DE MESTRADO PROFISSIONAL - PROFHISTÓRIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

A comissão julgadora dos trabalhos de defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 17 de agosto de 2022, considerou a candidata MARIA DO CARMO DA SILVA aprovada.

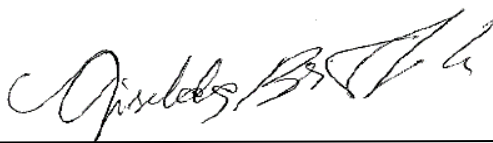
Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela comissão julgadora.



Prof.^a Dra. Sandra Simone Moraes de Araújo (Orientadora)
Universidade de Pernambuco



Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura (Examinador Interno)
Universidade de Pernambuco



Prof.^a Dra. Giselda Brito Silva (Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a Deus, por ter me ajudado a realizar um sonho que há tanto tempo eu vinha em busca, mas devido às intempéries da vida corrida de um docente da educação básica, teve que ser adiado. Mesmo quando parecia ser impossível de concretizar, por achar, muitas vezes, que as angústias iriam se sobrepor aos meus ideais de concluir uma escrita razoavelmente perfeita. Mas em meio a essas incertezas, o mais importante foi saber que Deus sempre esteve comigo e, quando achei que não dava mais, Ele fez a diferença, me colocando no caminho para a realização desse sonho.

Aos meus pais (*in memoriam*), por se dedicarem incansavelmente à educação de seus filhos, acreditando que apenas através do conhecimento é que podemos fazer a diferença, nos tornando seres humanos melhores.

À minha família, que muitas vezes deixei de estar com eles, porque estava ocupada fazendo algum trabalho relacionado ao curso.

À minha cunhada Gleyce, que vibrou quando eu passei na seleção do mestrado e sempre acreditou na minha capacidade, quando nem eu acreditava.

À minha orientadora, professora Sandra, pelos incentivos e orientações.

À minha amiga, Ana Elisa, que sempre tinha a palavra certa nas horas incertas.

Às minhas amigas, Jeci e Mônica, pelas longas conversas de incentivos regadas a boas xícaras de café.

À trigésima quarta classe da Escola Bíblica Dominical. (EBD) no Templo Central, em especial, à professora Kátia, por me ajudarem em orações.

A todos os amigos e amigas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa. Muito obrigada.

A sabedoria é a coisa principal; adquiere, pois, a sabedoria,
emprega tudo o que possuis na aquisição de entendimento

(Provérbios 4:7)

RESUMO

O Patrimônio Cultural corresponde à valorização de tudo que seja capaz de representar um valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico, os quais se vinculam à identidade, à ação e à memória do povo brasileiro. No âmbito da cidade de Olinda-PE, mesmo sendo um município detentor de elevado valor histórico e cultural para o âmbito do país como um todo, a valorização deste tesouro ainda se mostra aquém do necessário. Vislumbra-se uma lacuna em projetos de Educação Patrimonial no âmbito local, de modo a levar crianças e adultos a integrarem um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, com a experiência e o contato direto com as manifestações da cultura e do patrimônio. Frente ao exposto, a presente dissertação tem por objetivo geral implementar uma experiência de Educação Patrimonial em escolas do município de Olinda-PE, como forma de promover e valorizar o patrimônio local. Com relação aos procedimentos metodológicos, o trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica e o desenvolvimento de um produto técnico, contemplando a realização de visitas a uma escola estadual, com oficinas de educação patrimonial junto aos professores e alunos. Os resultados mostraram que o debate sobre a legislação que fundamenta a política de patrimônio, de modo a construir a aprendizagem sobre a temática apresentada aliado ao passeio guiado pelo sítio histórico; e a criação de um jogo da memória sobre a educação patrimonial na cidade de Olinda – PE, obtiveram êxito em sua proposta, tendo em vista o engajamento e aproveitamento demonstrado por professores e alunos em torno da educação patrimonial.

Palavras-chave: Ensino de história. Paisagem cultural e espaço urbano. Memória e identidade. Cidadania e identidade social. Educação Patrimonial. Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

Cultural Heritage corresponds to the appreciation of everything that is capable of representing an archaeological, archaeological, ethnographic or artistic value, linked to the identity, action and memory of the Brazilian people. In the context of the elevated city of Linda-PE, even though it is a municipality with a cultural and cultural value in the context of the country as a whole, the appreciation of this treasure is still below what is necessary. There is a gap in Heritage Education at the local level, in order to lead children and adults to integrate an active process of knowledge, appreciation and appreciation of their cultural heritage, with experience and direct contact with the manifestations of culture and projects. patrimony. In view of the above, the present dissertation has as its general objective the implementation of an experience of Heritage Education in schools in the municipality of Olinda-PE, as a way of promoting and valuing local heritage. With the methodological procedures, the work presents a heritage technical research and the development of a technical product, contemplating the realization of visits to a heritage school with education workshops with teachers and students. The results that underlie the construction of the policy on heritage legislation, in order to learn about the debate presented when walking through the historic monument; and the creation of a memory game on heritage education in the city of Olinda - PE was successful in its proposal, in view of the engagement and use demonstrated by teachers and students around heritage.

Keywords: Teaching history. Cultural landscape and urban space. Memory and identity. Citizenship and social identity. Heritage Education. Cultural heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista do Alto da Sé, Olinda, Pernambuco.....	16
Figura 2 – Farol de Olinda.....	27
Figura 3 – Fachada da Casa do Patrimônio de Olinda.....	50
Figura 4 – Calçamento com as pedras cabeças de negros.....	57
Figura 5 – Faculdade de Olinda – FOCCA.....	62
Figura 6 – Igreja de Nossa Senhora do Carmo.....	63
Figura 7 – Ateliê no Alto da Sé.....	63
Figura 8 – Sede do Maracatu Nação Pernambuco.....	64
Figura 9 – Observatório Astronômico de Olinda.....	64
Figura 10 – Casarios coloridos de Olinda.....	69
Figura 11 – Catedral de São Salvador do Mundo (Catedral da Sé)	71
Figura 12 – Vista do terraço da Catedral de São Salvador do Mundo.....	71
Figura 13 – Recife, a partir do olhar da vizinha cidade de Olinda.....	72
Figura 14 – Bica de São Pedro.....	73
Figura 15 – Bica dos Quatro Cantos envolta em lixo e pichações.....	74
Figura 16 – Fachada da Escola Prof. ^a Deanna Clarck Xavier.....	75
Figura 17 – Reunião com os docentes e confecção do jogo de memória físico.....	76
Figura 18 – Jogo da memória criado pelos docentes.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	Artigo [Abreviatura]
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
ENEP	Encontro Nacional de Educação Patrimonial
EBD	Escola Bíblica Dominical
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MPCO-PE	Ministério Público de Contas de Pernambuco
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PE	Pernambuco
PMEP	Plano Municipal de Educação Patrimonial
RMR	Região Metropolitana de Recife
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
WIC	<i>West-Indische Compagnie</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – OLINDA: HISTÓRIA E POESIA SOBRE O SÍTIO HISTÓRICO....	15
1.1 HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO DE OLINDA-PE: UM BREVE RELATO.....	15
1.2 UM OLHAR POÉTICO SOBRE A CIDADE DE OLINDA.....	20
CAPÍTULO II – A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UM POUCO DE HISTÓRIA.....	30
2.1 SOBRE A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	30
2.2 COMO A CIDADE DE OLINDA FOI CONSIDERADA PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA HUMANIDADE?.....	41
CAPÍTULO III – A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM MEIO DE CONSCIENTIZAÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	47
3.1 CASA DO PATRIMÔNIO DE OLINDA: EDUCANDO PARA VALORIZAR...	47
3.2 O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL - PMEP.....	55
3.3 CONHECER PARA VALORIZAR: OFICINA SOBRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS.....	84

INTRODUÇÃO

Comumente, o termo “patrimônio” é tratado como sinônimo de uma herança ou fortuna. No dicionário, o vocábulo é definido como os bens acumulados por uma pessoa ou família ao longo da sua vida; ou então – em um sentido antigo – como os recursos necessários para a ordenação e sustentação de um eclesiástico. Somente na última definição é que o termo é explicado como “quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade”. (MICHAELIS, 2020, sem paginação).

É nesse contexto, de bem comum; coletivo, que se insere a definição de patrimônio que tanto é valiosa para o contexto da educação, vinculada ao patrimônio histórico e cultural. Para o caso do primeiro, é tudo aquilo que, quer seja material ou imaterial, em algum momento da história, representou um valor artístico, cultural e histórico para a sociedade. O segundo, por sua vez, diz respeito à construção e inserção da imaterialidade, como “expressão máxima da “alma dos povos”, conjugando memórias e sentidos de pertencimento de indivíduos e grupos”, de modo a fortalecer seus vínculos identitários (PELEGRINI; FUNARI, 2008, p. 6).

Esse entendimento mais amplo sobre o que constitui o patrimônio de um povo passou a figurar no ordenamento jurídico brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o conceito vigente no Brasil corresponde ao Patrimônio Cultural Brasileiro, termo este que passou a incorporar “o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial”. (IPHAN, 2020, sem paginação).

Ainda conforme o IPHAN, a mudança no entendimento – acrescentando o caráter imaterial a partir da cultura – permitiu, dentre outros a valorização de tudo que pudesse representar um valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico, os quais se vinculam à identidade, à ação e à memória do povo brasileiro. Inclui-se neste rol, dentre outros, os modos de criar, fazer e viver; as obras; os objetos; as edificações; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico; paisagístico; e artístico.

É a partir desse contexto que irrompe a importância da análise da cidade de Olinda, na Região Metropolitana de Recife (RMR), Pernambuco, como município

detentor de elevado valor histórico e cultural para o âmbito do país. Todavia, mesmo carregando em suas ruas, em seus monumentos e nas tradições guardadas pelos habitantes locais um acervo vivo, que explica parte da formação do nosso país e de nossa cultura, a valorização deste tesouro ainda se mostra aquém do necessário.

Mostra-se assim, portanto, a importância de se “estabelecer um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural, como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 2008, p. 4), a partir de um trabalho de Educação Patrimonial, de modo a levar crianças e adultos a integrarem um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, com a experiência e o contato direto com as manifestações da cultura e do patrimônio.

Esse processo de educação pode promover uma capacitação para que as pessoas venham a usufruir melhor destes bens, fomentando, inclusive, a geração e a produção de novos conhecimentos vinculados ao patrimônio da cidade. Além disso, também é útil para desenvolver um pensamento crítico e consciente sobre a preservação do acervo material e imaterial, como forma de fortalecimento da identidade do povo.

Entretanto, essa espécie de “alfabetização cultural” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 2008, p. 4) deve ser iniciada a partir do contexto da escola, local propício para os debates e para preparar uma nova geração a fazer uma melhor leitura do mundo ao redor, compreendendo todo o universo no qual está inserida, a partir das dimensões sociais, culturais e históricas.

A situação vislumbrada no contexto da cidade de Olinda, contudo, revela uma situação que representa um problema cíclico: a ausência de ações de Educação Patrimonial faz com que a população – em especial aqueles que integram a comunidade escolar – desconheça os bens culturais ao seu redor e, dessa forma, não se engajem em ações de preservação e/ou valorização, o que, por sua vez, afeta o próprio cuidado com o bem cultural ao redor.

A partir daí, emergiu a questão de partida que motivou a realização do presente estudo, definida da seguinte forma: como desenvolver ações de Educação Patrimonial na cidade de Olinda - PE, considerando o âmbito das escolas integrantes da rede pública inseridas no município?

Frente ao exposto, a presente dissertação tem por objetivo geral implementar uma experiência de Educação Patrimonial em escolas do município de Olinda-PE, como forma de promover e valorizar o patrimônio local. Além de tal objetivo, o trabalho também se propõe a:

- a) Criar um produto lúdico, que será utilizado como ferramenta para a prática da Educação Patrimonial nas escolas de Olinda-PE;
- b) Aplicar junto aos discentes da Escola Professora Deanna Clarck Xavier localizada na Rua Paquetá, s/n, Bairro Sapucaia de Dentro, Olinda-PE, o jogo de Educação Patrimonial;
- c) Conhecer os elementos que constituem os patrimônios materiais e imateriais da cidade de Olinda-PE;
- d) Discorrer sobre os resultados obtidos em campo com a aplicação do produto lúdico sobre a Educação Patrimonial.

Com relação aos procedimentos metodológicos a serem utilizados, o presente trabalho apresenta um embasamento teórico que foi construído tendo por alicerce dados históricos obtidos a partir de pesquisa bibliográfica realizada em bases de dados *online*, em livros e documentos oficiais (leis, portarias, planos municipais). Além disto, foram realizadas observações diretas pela pesquisadora, amparada por um roteiro de observação considerando: (a) os principais pontos que constituem o patrimônio histórico e arquitetônico do sítio histórico de Olinda - PE, como forma de nortear as visitas; (b) os critérios de conservação e a visibilidade do local, de modo a amparar a análise realizada no estudo.

Considerando a etapa de aplicação prática e desenvolvimento do produto técnico, o estudo contempla a realização de visitas a uma escola estadual, com oficinas de educação patrimonial junto aos professores e alunos. A ação será composta por (a) um debate sobre a legislação que fundamenta a política de patrimônio, de modo a construir a aprendizagem sobre a temática apresentada; (b) um passeio guiado pela pesquisadora no sítio histórico; e (c) a criação de um jogo da memória sobre a educação patrimonial na cidade de Olinda - PE.

Para cumprir ao que se propõe, a presente pesquisa está dividida em três capítulos, além desta introdução, a qual apresenta uma contextualização do tema e

os objetivos do estudo. O Capítulo I volta-se a discorrer sobre a história da fundação da cidade de Olinda - PE, retratando-a, inclusive, sob a ótica de poetas que utilizaram a história de fundação da cidade como pano de fundo para suas obras.

O Capítulo 2 apresenta dados relacionados aos preceitos do patrimônio cultural na história do Brasil e a relação do tema para a preservação do Sítio Histórico de Olinda. Também são feitos comentários sobre a Constituição Brasileira e o ordenamento jurídico que rege a preservação do patrimônio cultural, abordando, inclusive, o processo que tornou Olinda uma cidade patrimônio histórico-cultural da humanidade.

O Capítulo 3, por sua vez, é voltado à educação patrimonial, discorrendo, dentre outros, sobre a importância do conhecimento do patrimônio da cidade, como forma de fomentar a sua valorização; e reflexões para a construção da aprendizagem, a partir da oficina sobre educação patrimonial. Por fim, são apontadas as considerações finais da pesquisa, com as impressões da pesquisadora após a execução do estudo.

CAPÍTULO I – OLINDA: HISTÓRIA E POESIA SOBRE O SÍTIO HISTÓRICO

1.1 HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO DE OLINDA-PE: UM BREVE RELATO

Conforme os registros oficiais, a fundação da cidade de Olinda ocorreu a partir da ocupação dos portugueses no século XVI, nas terras que hoje constituem o seu território. Quando o governo português instituiu o sistema de capitanias hereditárias, Duarte Coelho – donatário e fidalgo português – tomou posse, junto com sua família, da capitania de Pernambuco.

Ao chegar na capitania, encontrou o lugar ideal para instalar uma vila com a devida segurança, segundo os padrões militares da época¹. O ambiente aprazível, protegido pela altura, descortinando o mar, com um porto natural formado pelos arrecifes. Também possuía água em abundância e terras férteis, as quais eram ocupadas por uma pequena aldeia de um povo chamado Marim dos Caetés.²

Os relatos sobre a origem do nome da cidade – conforme proferido pelos guias turísticos locais – apontam que Duarte Coelho, ao subir a colina que hoje é conhecida como Alto da Sé, ficou deslumbrado com tamanha beleza e exclamou: “Oh... linda localidade para se construir uma vila”. Na verdade, ele não estava observando apenas a paisagem, mas também a forma de se proteger, pois lá do alto da colina o donatário conseguia visualizar os ataques dos possíveis corsários, os quais eram muito comuns naquela época, em 1537. Nesse aspecto, Olinda representava uma localidade privilegiada estrategicamente para avistar os inimigos com antecedência, conforme vislumbrado na Figura 1.

¹ Ressalta-se que os trechos apresentados buscam, exclusivamente, explicar a origem histórica do nome de Olinda, a partir da expressão atribuída a Duarte Coelho. Nesse mesmo sentido, para o presente texto, as menções referentes a “lugar ideal para instalar uma vila”, por exemplo, são apresentadas seguindo a visão dos colonizadores, em conformidade com algumas características necessárias para evitar ou se antever ao ataque de corsários, como a existência da barreira de arrecifes ao longo da costa. Destaca-se também que o processo ocorrido foi uma invasão e que a relação com os Caetés foi marcada por diversos conflitos. Todavia, considerando a abordagem desta dissertação, o tema foi utilizado apenas de forma introdutória, de modo a subsidiar as discussões relacionadas ao patrimônio histórico-cultural.

² O termo Marim dos caetés denomina a pequena aldeia dos indígenas que habitavam as terras que hoje constituem a cidade de Olinda. O nome marim tem origem militar e significa fortificação. Além deste nome, alguns registros históricos apontam o uso do nome Nova Lusitânia duartina, termo que só foi empregado na documentação oficial dos primeiros anos de sua fundação (CAVALCANTI, 1986).

Figura 1 – Vista do Alto da Sé, Olinda, Pernambuco



Foto da autora (2022)

Não se sabe exatamente quando o município foi fundado, todavia, devido ao desenvolvimento socioeconômico da capitania, Olinda recebeu o título de vila em 12 de março de 1537 (OLINDA, 2020). Duarte Coelho enviou ao rei de Portugal à época, Dom João III, o foral, carta que descrevia todos os lugares e benfeitorias existentes em Olinda. A partir do extrativismo do pau-brasil e do cultivo de cana-de-açúcar, Olinda se tornou um dos mais importantes centros comerciais da colônia. Com isso, estava pronta a equação que simbolizava a prosperidade da localidade: Vila + Plantação + Porto.

Além dos esforços empreendidos por Duarte Coelho, o crescimento de Olinda foi impulsionado pela participação da igreja católica, a qual se intensificou com o estabelecimento de irmandades religiosas, como os Carmelitas, em 1580; os Jesuítas, em 1583; os Franciscanos, em 1585; e os Beneditinos, em 1586. O movimento – que promoveu a catequização dos índios que habitavam a região – contribuiu para que a vila recém-formada se tornasse um local próspero, com o desenvolvimento do plantio de cana-de-açúcar e fabricação e comercialização do açúcar.

Em relação à questão açucareira, os holandeses já tinham um acordo com

Portugal, para o refino e a comercialização do açúcar. A partir de 1580, Portugal passa por uma grave crise na sucessão do trono, pois D. Henrique I veio a falecer e não havia deixado herdeiros diretos que pudessem assumir a coroa. Foram então proclamados três nomes, sendo aceito o nome de Felipe II da Espanha.

Felipe II, rei espanhol, usou seu poderio militar para assumir o trono português, começando assim a chamada União Ibérica, tendo em vista que o trono português foi unificado ao trono espanhol. Com isso, todas as possessões e acordos feitos anteriormente por Portugal passaram a ser também de responsabilidade espanhola. Essa questão diplomática entre os dois países influenciou a política externa, modificando a economia da época. Especificamente quanto à atividade econômica vinculada à cana-de-açúcar, a União Ibérica acabou deixando a Holanda de fora do comércio de açúcar.

Os holandeses – ao perderem o lucrativo negócio do açúcar – decidiram atacar os portos portugueses, e criaram a *West-Indische Compagnie* – *WIC*, em holandês), traduzida como Companhia das Índias Ocidentais, empresa responsável por controlar o comércio de escravos na África e o de Açúcar no Brasil. Os ataques foram realizados em portos localizados na região que, nos dias atuais, corresponde ao nordeste brasileiro, começando pela Bahia. Em 1604 atacaram Salvador, a capital brasileira à época. A investida, todavia, não obteve êxito. Ao longo dos anos seguintes, a Companhia das Índias Ocidentais permaneceu buscando tomar o negócio do açúcar (SILVA, 2020).

Diante disso, em 1624, a Companhia das Índias Ocidentais empreendeu uma invasão à Bahia, porém não passaram da cidade de Salvador, tendo em vista que encontraram uma resistência muito forte. Mesmo assim, conseguiram permanecer até o ano de 1625. Por mais que as tentativas tivessem sido fracassadas, os invasores não desistiram da região que hoje corresponde ao nordeste brasileiro: a partir de um ataque dos corsários, saquearam Salvador em 1627 e, em seguida, atacaram um navio espanhol.

Os recursos oriundos dos saques foram usados para invadir Pernambuco, ação ocorrida em 14 de fevereiro de 1630. Contando com um contingente de mais de 7 mil homens, a Companhia das Índias Ocidentais invadiu a província de Pernambuco e conquistaram facilmente as cidades de Olinda e Recife. Na época, a região contava com cerca de 100 engenhos de açúcar, os quais eram bastante lucrativos. No decorrer dos anos, os holandeses continuaram avançando para outras regiões, as quais hoje

compõem o território de estados como Paraíba e Sergipe.

Apenas em 1654 os portugueses conseguiram expulsar os invasores da região. Alguns fatos marcaram a época da expulsão, dentre os quais, os sinais de decadência da Companhia das Índias Ocidentais; a restauração do trono português para os Braganças com o fortalecimento de Portugal; e, por fim, a consequente dissolução da União Ibérica.

É importante ressaltar que o período das invasões a Pernambuco trouxe algumas inovações, não só na considerando o contexto econômico, mas também no modo de viver. Essa expansão aconteceu entre os anos de 1630 e 1637, chegando a regiões como Paraíba e Sergipe. A partir de 1637, a administração colonial foi entregue a João Maurício de Nassau, um militar alemão, que realizou uma série de reformas em Pernambuco.

Nassau priorizou os principais núcleos urbanos – Recife e Olinda – com algumas frentes de atuação, buscando desenvolver a economia açucareira, destruída pela batalha; melhorar as normas de higiene em Recife; aumentar a distribuição de alimentos; incentivar o desenvolvimento científico e artístico em Pernambuco; e garantir a liberdade religiosa nos territórios que controlava. Mesmo com os avanços, por outro lado, os holandeses mantiveram algumas práticas negativas, como a instituição do trabalho escravo (SILVA, 2020).

Com todas essas mudanças ocorrendo em Pernambuco, os holandeses que aqui estavam passaram a se sentir em seu próprio país de origem, comportamento este que veio a modificar um pouco o cotidiano de Olinda e Recife, localidades que passaram a conviver com os costumes de tais estrangeiros.

Dentre outros, o período sob influência holandesa influenciou a cultura local; a religiosidade, já que era uma população calvinista; e o desenvolvimento da ciência. Os holandeses não aproveitaram apenas o que já existia – aprimorando e realçando a parte material – mas valorizaram também o que a natureza proporcionava e construíram a Nova Holanda, no lugarejo chamado Arrecife dos Navios, lugar onde hoje se desenvolveu a cidade do Recife.

Como indicou Gilberto Freyre em sua obra “Nordeste”, os valores da cultura se unem aos da sociedade e da natureza (LODY, 2020, sem paginação). Conseguir unir natureza e cultura é perceber a essência dos valores inseridos nos dois termos como sendo um; tornando importante. Com isso, demonstra-se a valorização de tudo o que nos cerca. Trazer a memória de Olinda e divulgar a história desse município, é

valorizar parte da identidade do povo brasileiro.

A urbe olindense, no passado, se apresentava como o lugar ideal para se viver. Hoje, esse recanto do estado de Pernambuco – mais precisamente o centro histórico, com seus sobrados e igrejas datados do século XVI – formam uma paisagem peculiar que atrai pessoas de vários locais do Brasil e do mundo.

Sobre o tema, Gilberto Freyre já dizia que “algumas ruas de Olinda apresentam suas casas uma juntinha da outra parecendo que estão posando para uma foto”. Verdadeiramente, os casarios pintados cada um com uma cor diferente formam uma imagem interessante pois, no passado, as casas eram identificadas pelo seu colorido diferenciado, o qual contrastava com o verde da vegetação ainda bem conservada.

Conforme Gilberto Freyre relata, “dos altos de Olinda, deixa-se ver hoje, em conjunto, tudo que tem se unido para a formação do Brasil através de quatrocentos anos: desde os rios pequenos aos bueiros de fábricas. Desde as canoas dos índios aos bondes ingleses ou americanos.” (FREYRE, 1944, p. 36).

A cidade que, no passado – dos altos das tantas colinas foi considerada o lugar ideal para desenvolver a capitania e, mais à frente, a vila, atualmente irrompe com encantos e desencantos. Todavia, ainda proporciona aos seus habitantes e aos visitantes parte da memória, apontando e informando sobre a história e a cultura dos diferentes povos os quais habitaram a cidade e que passaram a fazer parte da formação da sociedade brasileira.

Dessa forma, como relata Halbwachs (1990), se faz necessário ter as lembranças construídas através de diferentes ângulos e pessoas. Tal processo nos dá a firmeza de que nossas memórias, bem como as dos outros, possam nos fazer refletir sobre a certeza da importância da preservação para a continuação da nossa história. Nesse sentido, Halbwachs (1990, p. 25) relata que:

Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a de outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias” (HALBWACHS 1990, p. 25)

Nesse mesmo tema, Tomaz (2010, p. 6) aponta que, para garantir a preservação das lembranças de um povo se faz necessário guardar suas memórias, para que se perpetuem. É importante, dessa forma, relacionar as manifestações culturais no dia a dia do indivíduo e da comunidade, bem como das edificações, já

que, para que um edifício possa ser preservado, temos que saber, por exemplo, quem morou lá, como viviam as pessoas e quais as suas relações com o meio em que viviam. Só então é que podemos entender melhor o passado e relacioná-lo com o presente, trazendo assim um entendimento melhor da identidade do lugar. Nesse sentido, Tomaz (2010, p. 6) relata que:

A preservação tem por objetivo guardar a memória dos acontecimentos, suas origens, sua razão de ser. Torna-se também imprescindível relacionar os indivíduos e a comunidade com o edifício a ser preservado, visto que uma cidade, no seu viver cotidiano, tem sua identidade refletida nos lugares cuja memória os indivíduos constroem no dia-a-dia. Preservar o patrimônio histórico é relacioná-lo com as interações humanas a ele ligadas. O que torna um bem dotado de valor patrimonial é a atribuição de sentidos ou significados que tal bem possui para determinado grupo social, justificando assim sua preservação. É necessário compreender que os múltiplos bens possuem significados diferentes, dependendo do seu contexto histórico, do tempo e momento em que estejam inseridos.

Além disso, torna-se necessário para preservação da memória histórica entender a importância da conservação do patrimônio, seja ele tombado ou não. Quando geramos uma conscientização nas pessoas sobre a importância de mantermos os patrimônios – tanto público, quanto privado – estamos garantindo não só a continuidade da história de um povo, mas também, ao mesmo tempo, garantindo a manutenção de uma cidade com um aspecto limpo. Esse ciclo se completa com a presença de mais turistas, proporcionando uma boa experiência de estadia e, conseqüentemente, trazendo receitas para o município.

1.2 UM OLHAR POÉTICO SOBRE A CIDADE DE OLINDA

Ao contemplar, poeticamente, a cidade de Olinda, nos permitimos enxergar a cidade a partir de dois prismas: o primeiro, a Olinda dos Marins; os habitantes que já viviam nessas terras quando o fidalgo português Duarte Coelho nela chegou. E o segundo olhar tomando por base o viés dos colonizadores europeus que chegaram à cidade.

Dessa forma, nesta seção, procuraremos mostrar a cidade de Olinda através de poesias, as quais enfatizam não só a sua origem, como também algumas peculiaridades, as quais só existem nesse município por meio do olhar de Antônio do

Carmo, Jaci Bezerra, Carlos Pena Filho, Gilberto Freyre, João Cabral de Melo Neto que, junto a tantos outros, buscaram poetizar a cidade, expressando, em seus versos, a história de Olinda, com temas sobre o heroísmo do seu povo, a religião de seus habitantes – devido a presença de várias igrejas, nas quais se perpetuam rituais da religiosidade católica – e outros fatos históricos, como a fundação do primeiro curso de bacharelado em Direito; e o pioneirismo cívico, já que na cidade de Olinda é que foi proclamado o primeiro grito de República no país.

Inicia-se esta seção com a poesia que trata sobre a cidade como “um momento”. De fato, a urbe olindense é ímpar, porque para onde a pessoa for, a paisagem, seus encantos e sua cultura podem ser apreciados. É isto que, na visão do autor, forma a Olinda, “um momento um”:

OLINDA, UM MOMENTO UM.

Temendo do corsário cruel morte
e do índio feroz mesmo aparelho,
à busca doutras plagas, doutra sorte,
deixou Igaraçu Duarte Coelho.

Da colina escolhida e vislumbrando
Ladeiras arvoredos, verdes – mares...
Decidiu, pois dali ir alastrando.
Seus domínios e gentes e pomares.
Difícil lhe custou tamanha empresa
De expulsar o gentio-forte guerreiro -,
Mas, enfim, o reinol com mais destreza.
Do sítio dono foi por derradeiro.
Os Caetés a Marim abandonaram
E os Duartes Olinda edificaram.

(FERREIRA, 1981, p. 19)

Percebe-se, nesta poesia, quem foram os primeiros habitantes de uma terra cheias de colinas e o quanto sua beleza encantara os corsários, culminando numa sangrenta disputa – a qual os Gentis, Marins, Caetés e outros – tiveram que se render aos reinóis, nome que representava os portugueses, os quais aqui chegaram e, com destreza, se apossaram das mais famosas ladeiras, arvoredos e mares, originando assim a cidade, a qual é conhecida por Olinda.

Jaci Bezerra, por sua vez, exprime seu sentimento em poesia sobre a urbe como se fosse um “sonho suspenso nas prateleiras da sua imaginação” refletindo na imensidão do mar, que vai e volta a nos trazer coisas boas e más e de encanto e

desencanto se faz na lembrança que não se quer parar.

É um volume de sonhos e luz aberto.
Nas prateleiras do ar,
Aos olhos revelando um mundo impresso
Em águas e eternidade, em brisa e mar.

E encanto antes de tudo, só encanto.
Para quem a conheça.
E, sobretudo, o medo que esse encanto.
Um instante após nascer desapareça

Evadida do tempo, em nós desliza
E fica, como a lembro.
À flor do mar, dourada pela brisa.
E o ouro dos cajueiros de setembro.

Seria, na lembrança, outra paisagem.
Ao mundo acrescentada,
Não fosse o mangue que enferruja a aragem
Na qual, por ser encanto, está pousada.

Rasurando a memória, se folheio.
As lembranças extintas,
Evita, silenciosa; os meio receios.
E altera o mundo sem que o mundo sinta.

O sonho extinto em quem, sonhando, a veja.
Mesmo extinto não finda,
Que o olhar sonha quando a lembra acesa,
E quando a esquece sonha mais ainda”.

(BEZERRA, 1996, p. 23)

E assim queremos lembrar dos cajueiros, coqueiros e mangueiras entre o azul do céu e do mar, como monumentos eternos os quais não podemos findar. Porém, para que esses patrimônios não possam ser esquecidos, é necessário um esforço em prol da conservação dessas lembranças.

Assim como Jaci Bezerra expressou seu medo de que um dia esses encantos possam atingir o fim, também nós devemos ter esse temor, o qual deve atuar como um impulso para manter vivas as lembranças do passado. Talvez assim, as pessoas que estão a negligenciar a história de Olinda passem a sentir a necessidade de preservá-la.

Diante das palavras de Jaci, é necessário que haja um despertar para a conscientização de que é o ato de cuidar dos bens patrimoniais, de modo que estes continuem vivos não só para o mundo, mas principalmente para os moradores, os

quais são os protagonistas dessa cidade.

Já na primeira frase da poesia “Eventos”, Antônio Ferreira se debruça sobre as ladeiras e se faz escorregar do trono ao mangue, fazendo-nos despertar para refletir o grande abismo que ainda existe entre os tantos bairros do município olindense.

EVENTOS

Olinda ergueu-se do trono,
desceu a ladeira
esbarrou na beira do mangue
e mirou-se nas águas do mar.

Rezou no mosteiro,
Ouvindo um sermão.
Antes que toda a nação,
Fez o filho doutor.
Em seu próprio torrão
Ensaçou liberdade
E pegou punição

Olinda humanizou-se
Tornou-se angelical
E virou Monumento nacional.

Mas, quando abismou-se
Nos verdes distantes,
Escorreu pelos flancos dos montes
E não quis mais ser talássica
Aí, espraçada nas várzeas.
De Casa Caiada,
Bairro Novo e Rio Doce,
Olinda, então barbarizou-se.

(FERREIRA, 1981, p. 23)

De um extremo a outro, a cidade se esbarra no abismo que outrora se fez passar e que hoje ainda se faz vivenciar: a distância entre a periferia e o centro histórico de Olinda, tanto no conhecimento, como na organização e apresentação, sendo contradições perpetuadas no contexto da cidade.

E as ladeiras de hoje – que antigamente eram conhecidas como colinas – as quais estão descritas nos versos “Ladeiras de Olinda” de Antônio Ferreira (1981), nos apresentam uma clareza sobre a importância das ladeiras não só para brincar o carnaval, mas também para compreender o quanto elas eram um elemento essencial para que aqueles que lá habitavam pudessem observar os possíveis inimigos do alto

das colinas, como forma de se antecipar ao perigo iminente.

LADEIRAS DE OLINDA

Olinda antiga.
Começa onde finda a terra
E se queda o mar,
na areia branca e limpa pouco poluída,
que de tão macia,
dá uma sensação incontida
de contra o corpo apertar.

A cem metros dali nascem as ladeiras
Ruas espremidas entre clausuras e sobradas
E penhascos íngremes que mesmo em pensamento
Percorrem-se passo a passo,
Qual peregrino, carregando a cruz dos sonhos.
Do nascer da Pátria,
Meditando à sombra das portas retraídas,
Como se fossem elas
As quatorze estações da vida sacra.

Mosteiros, igrejas e sobrados,
De cor esmaecida pela ação do tempo,
Empinam-se de um lado
Quem sabe por que suas janelas se escancaram
E tanto matraqueiam?

Talvez o vento vadio...
Talvez alguns malassombrados...
Talvez a voz duartina cinco vezes secular,
Bradando contra os incêndios
Batavamente nefandos,
Comburido Olinda, chameusando seu passado

E do outro lado:
Abismo povoado de árvores
Cujas copas se confundem
Com telhados de velhos casarões,
Encravados na ladeira.
Uns ocupados,
Como gaiola com pássaros na parede
Outros abandonados – ninhos de cupim –
Em demanda judicial que se arrasta lerdamente,
Sem ter fim.

Somente aqui e ali
Ainda com placa de financiamento,
Alguma fachada nova, sem franjas e madeira,
Maculando o ar vetusto da paisagem,
Escondem em pedra e cal as telhas das beiras.
Os topos das ladeiras,
Trabalhados pelo homem e pela natureza,
São perfis de monges em procissão no horizonte.

E, mirados na vastidão das praias,
Deixam a ilusão
De que se enfiem nuvens adentro

Ah! Essas ladeiras de Olinda,
Se fossem de degraus;
Com todo esse véu de abismo e misticismo
Seriam rebatizadas
Como as escadas do céu

Somente aqui e ali
Ainda com placa de financiamento,
Alguma fachada nova, sem franjas e madeira,
Maculando o ar vetusto da paisagem,
Escondem em pedra e cal as telhas das beiras.
Os topos das ladeiras,
Trabalhados pelo homem e pela natureza,
São perfis de monges em procissão no horizonte.
E, mirados na vastidão das praias,
Deixam a ilusão
De que se enfiem nuvens adentro

Ah! Essas ladeiras de Olinda,
Se fossem de degraus;
Com todo esse véu de abismo e misticismo
Seriam rebatizadas
Como as escadas do céu

(FERREIRA, 1981, p. 26)

Em Olinda, contemplar a vastidão patrimonial exposta até no chão, recordando o sacrifício empreendido na construção das ladeiras de pedras cabeça-de-negro³. Calçamento empregado para que os transeuntes se desloquem entre um local e outro, tornando o cotidiano menos difícil nas suas tarefas simples. Assim como no topo das colinas podiam ser avistados os possíveis inimigos, a partir da luz do farol poderiam ser visualizados os transeuntes do oceano ou então para indicá-los o rumo certo para não se perderem na escuridão.

³ Nome dado a um tipo de pedra ovalada, de cor preta e reluzente, bastante usada para fazer o calçamento das ruas no período colonial. Recebeu esse nome, pois eram transportadas nas cabeças dos negros até o local das obras. Um exemplo do modelo de calçamento pode ser vislumbrado na Figura 4, desta dissertação.

O FAROL

Quando à noite
A primeira estrela surge na escuridão.
com Olinda toda ao redor,
o farol abre as pálpebras de flandes,
iniciando o seu plantão.
e de raios luminosos,
intermitentemente,
cobre o horizonte.

Graças!
o transeunte do oceano,
no deserto das águas
tem assim o rumo certo

O nauta e o farol
dialogam no silêncio
a milhas de distância

Só o homem da terra,
com sua pequena inteligência,
resiste...
Não entende o farol
que Deus lhe acendeu na consciência.

(FERREIRA. 1981, p. 29)

O poema mostra Olinda sendo observada do alto. O farol, útil para facilitar a navegação local, foi adquirido da Inglaterra, em 1869. Representa o primeiro farol de Olinda, o qual foi aceso pela primeira vez 18 de novembro de 1871. É na escuridão da noite que esta edificação pode iniciar seu plantão.

O poema apresenta Olinda sendo vigiada pelo homem, em busca de proteger o seu *habitat*. Atualmente, o farol tem 90 metros de altura; de cimento armado e forma cilíndrica. Pintado com faixas horizontais brancas e pretas, e dotado de elevador, é considerado o melhor do Brasil pelo seu raio de ação (MARINHA, 2022), vide Figura 2.

Figura 2 – Farol de Olinda



Foto da autora (2022)

A partir do farol podemos ver a cidade por inteiro: os casarios da cidade alta, os prédios da parte nova e, até mesmo, avistar o recorte do mar da cidade vizinha, Recife. O farol permite uma visão privilegiadíssima, como disse Ferreira (1981) no primeiro verso de sua poesia, “cobre o horizonte...” facilitando, assim, a navegação e permitindo uma perfeita visualização antecipada do oceano.

E para celebrarmos a Olinda das paisagens naturais e da arquitetura construída pelos homens, traz-se uma poesia que carrega o nome da própria cidade.

OLINDA

Do alto do mosteiro, um frade a vê.
de limpeza e claridade
é a paisa defronte.
tão limpa do horizonte

As paisagens muito claras
não são paisagens, são lentes.
são íris, sol, aguaverde.
ou claridade somente
Olinda é só para os olhos,
não se apalpa é só desejo.
ninguém diz: é lá que eu moro
diz somente: é lá que eu vejo

Tem verdágua e não se sabe,
a não ser quando se sai
não porque antes se visse,
mas porque não se vê mais
Às claras paisagens dormem
no olhar, quando em existência.
diluídas, evaporadas,
só se reúnem na ausência
Limpeza tal só imagina
que possa haver nas vivendas
das aves, nas áreas altas,
muito além do além das lendas.
Os ocidentes, na luz,
não são existem por ela.
não há nem pontos ao menos,
nem há mar, nem céu, nem velas.
Quando a luz é muito intensa
é quando mais frágil é:
planície que de tão plana
parecesse em pé.

(FERREIRA, 1981, p. 30)

Essa é a Olinda feita para se ver; cidade patrimônio cultural. Mas é preciso passear por suas ruas, sentir o cheiro dos ares olindenses, enchendo a alma, olhando as paisagens, mares, sítio histórico, e sua imponência arquitetônica. Além disso, a urbe está repleta de artistas plásticos, entre os quais, destacamos Bajado (1912-1990), ícone da cultura popular de Olinda, que observava o município a partir da ótica das massas.

A cidade, com seus 484 anos, mesmo depois de ser invadida e incendiada, foi reconstruída. Hoje a paisagem do município consegue provocar reações diversas nas pessoas, que sentem vontade até de apalpar todo o tesouro à sua frente. Carlos Pena

Filho, porém, frisa que “[...] Olinda não se apalpa, é só para os olhos [...]”. É o imaginário sendo preenchido através do olhar; é como se fosse uma exposição de quadros gigantesca feitos ao natural ou manual, sendo exposto a toda humanidade. Olinda é só vir! E ver!

A beleza do sítio histórico de Olinda se encontra na relação da sua arquitetura com a paisagem natural. Essa beleza é um convite para as pessoas se sentirem atraídas: pelos seus mares, pela vegetação, pelos sons – que não são apenas os sons dos sinos, mas das folhagens dos coqueiros e das palmeiras. E completando tudo isso, temos o povo com seus costumes, fazeres e saberes tradicionais. Cada um preenchendo um espaço à sua maneira e se completando, formando uma cultura com muitas faces.

Apreciar o município olindense a partir de uma visão artística é mais uma forma de informar às pessoas o quanto essa urbe foi e ainda é muito importante para a cultura brasileira. A monumentalidade de Olinda está em cada canto e recanto, pois o centro histórico olindense respira cultura em qualquer lugar, dentre eles: seus ateliês, igrejas, terreiros, afoxés, agremiações carnavalescas e seus tradicionais bonecos gigantes.

Dessa forma, é a partir da educação patrimonial que conseguimos avançar um pouco sobre a questão da preservação, não só do bem histórico, mas de todos os objetos públicos ou privados, os quais merecem nosso respeito e dedicação para continuar existindo e representando nossa história e nossa cultura – tanto para os habitantes, quanto para o mundo. Tal tema será pormenorizado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II – A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UM POUCO DE HISTÓRIA

2.1 SOBRE A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A primeira Constituição do império brasileiro, outorgada em 25 de março de 1824 por Dom Pedro I, nada menciona sobre a necessidade de se preservar o patrimônio histórico-cultural brasileiro. A partir da segunda Carta Magna, promulgada em 24 de fevereiro de 1891 pelo primeiro presidente republicano, o Marechal Deodoro da Fonseca, é que aparecem dispositivos sobre a proteção inerente aos inventos e direitos autorais. Entretanto, nada é mencionado sobre a conservação dos objetos, monumentos ou bens culturais.

Só a partir da Constituição seguinte, a de 1891, é que são redigidos artigos salientando o dever do Estado em proteger os patrimônios históricos, artísticos e culturais. Ressalta-se que, em texto constitucional, os bens culturais foram definidos de maneira superficial.

Nos anos de 1930 ocorre um avanço na legislação, com leis relacionadas à proteção e preservação do patrimônio histórico-cultural. Todavia, o texto promulgado possui características elitistas, devido ao fato de priorizar os monumentos que representam a cultura europeia, nada mencionando sobre o patrimônio dos primeiros habitantes (indígenas) e dos africanos que também constituem a nação brasileira.

A Carta Magna de 1934, por sua vez, indica que os bens que devem ser preservados são os monumentos de grande valor histórico. Assume-se, à época, que nossa sociedade possuía um passado homogêneo, esquecendo-se, portanto, de expor nossas raízes conflitantes, as disparidades sociais e a pluralidade-étnico-cultural de formação histórica. Miranda (2018) aponta que:

Nesse cenário, a Constituição Brasileira de 1934 estabeleceu os alicerces constitucionais para a defesa do patrimônio cultural nacional, ao instituir a função social da propriedade como princípio (art. 133, inciso XVII) e ao dispor em seu art. 134 que: Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou locais particularmente dotados pela natureza, gozam de proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

Corroborando com a ideia de que os bens a serem garantidos serão todos os saberes e fazeres de uma sociedade como um todo, não importando sua posição social, temos o trecho do livro “E Triunfo” de Aloísio Magalhães, que postula o seguinte:

Nós podemos inserir no conceito de bem cultural toda uma gama importantíssima de comportamentos, de fazeres, de formas de percepção de uma realidade que na verdade não está cristalizada, da qual sequer há ainda uma representação clara, mas que justamente pela sua fragilidade, pela sua vitalidade, pela sua importância como indicadores de uma formulação identidade cultural, são bens que precisam ser preservados. (MAGALHÃES, 1985, p, 93-94)

Diferentemente da Constituição de 1934, referida anteriormente, Aloísio Magalhães afirma que todos os objetos – os quais apontam para os costumes dos diferentes povos que compõem a sociedade brasileira – devem ser considerados como um bem cultural e, portanto, um patrimônio que necessita ter a proteção do Estado para a formação da identidade.

Assim, relata Morin (2001, p. 43) que “os cidadãos devem reconhecer-se em sua humanidade comum, e ao mesmo tempo reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano”. E para ter esse reconhecimento temos que nos enxergar nos outros, valorizando a diversidade, a qual se constrói ao nosso redor.

Observamos que a Constituição de 1934 foi a primeira que atribuiu ao Estado as obrigações de proteção ao patrimônio. O texto também menciona, além dos monumentos oficiais, os conjuntos urbanos de arquitetura civil e religiosa que, em grande medida, estavam vinculados ao passado colonial do Brasil, destacando assim a importância da beleza natural. Diante disso, temos um pequeno avanço na questão de proteção aos direitos culturais. Mesmo bem restrito, é um começo para que as próximas legislações apareçam, ampliando a questão da preservação dos bens culturais, até então inexistente. Sobre o tema, o Artigo 148 da referida Constituição relata que:

Art. 148. Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.
(MIRANDA, 2017).

O Artigo 148 supracitado ratifica o início do dever do Estado em proteger não só os prédios, mas também a intelectualidade, bem como as artes e as ciências, salientando o mundo artístico como um bem histórico, o qual necessita ser guardado e conservado.

Após a Constituição de 1934, diversos acontecimentos na política brasileira culminam no estabelecimento do Estado Novo⁴ e a ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República, chefe este que detinha em suas mãos os mais amplos poderes. Seus atos não podiam, sequer, ser submetidos à justiça.

Nesse momento, é outorgada a Carta Magna de 1937. Essa constituição, promulgada em 10 de novembro de 1937 pelo então presidente da república, traz no capítulo da Educação e da Cultura, pela primeira vez, a menção ao tema “preservação do patrimônio”. A partir daí, todos os monumentos passam a ser vistos como objetos protegidos na esfera municipal, estadual e federal e qualquer dano a estes torna-se passível de punição. No seu Artigo 134, a Constituição de 1937 relata o seguinte:

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.
(MIRANDA, 2018, sem paginação)

Com essa política preservacionista, o Brasil amplia as normas de proteção, indicando a importância de salvaguardar os bens patrimoniais. O Decreto nº 25/37 relata a priorização da preservação e tombamento, instituindo também o Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN). Temos no texto do Artigo 46 do Decreto 25/37 a finalidade dessa instituição, definida como “promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (IPHAN, 2019, sem paginação). Essa instituição estava vinculada ao Ministério da Cultura e tinha como principal objetivo legal a proteção ao patrimônio. Sendo assim, temos na criação dessa entidade um mecanismo voltado não apenas para proteger os bens

⁴ Estado Novo ou Período Ditatorial ocorreu durante a Era Vargas (1930 a 1945). Foi um regime que teve em 30 de novembro de 1937 e vigorou até 31 de janeiro de 1946. Iniciou com a implantação de um falso plano (Plano Cohen) onde relatava que os comunistas iriam tomar o poder no Brasil. O estado novo foi caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo.

patrimoniais, mas também para divulgar e esclarecer às pessoas sobre a importância de salvaguardar as memórias do povo brasileiro. O Decreto Nº 25/37 aborda o patrimônio como:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico bibliográfico ou artístico.
(IPHAN, 2019, sem paginação).

Nesse Decreto, a ideia de patrimônio é baseada na preservação das propriedades edificadas e arquitetônicas, as quais deveriam dar significado à sociedade. Sua redação, entretanto, nos leva a entender o quanto a legislação reflete a dominação da elite, a qual se fez imposta aos menos favorecidos implicando essa situação durante muito tempo, inclusive, até os dias de atuais.

Nos centros das cidades brasileiras ou em seus subúrbios – inclusive no município de Olinda – nos deparamos com nomes de pontes, teatros e casarios. Estes últimos, apresentam como viviam os afortunados, numa época em que negros e índios eram escravos. No caso dos negros, estes chegaram ao Brasil de forma forçada para desenvolver trabalhos compulsórios. Os índios, por sua vez, foram bastante perseguidos e quase extintos. Todavia, ambos fizeram parte do nosso processo de miscigenação, deixando a sua marca na cultura local e na do país. Assim, suas contribuições não podem ser menosprezadas ou silenciadas.

Corroborando esse entendimento, temos o excerto de Carlos Lemos (2006), o qual relata em seu livro “O que é Patrimônio Histórico”, ao descrever que:

A classe dominante, quase sempre, tem seu prestígio herdado e, por isso, gosta de preservar e recuperar os testemunhos materiais de seus antepassados numa demonstração algo romântica ou saudosista, constituindo tudo isso manifestações de afirmação elitista. Vive-se do passado, das glórias dos outros tempos. A preservação de bens culturais para ela constitui a obrigação de manter viva a memória dos avós. (LE MOS, 2006. p, 31)

Tanto na Carta Magna de 1937, quanto na citação de Lemos (2006), vê-se uma conformidade com relação à conservação dos monumentos históricos e paisagens naturais que demonstrem excelência e beleza. Os não dotados dessa beleza peculiar ficaram de fora e, posteriormente, foram reconhecidos como objetos, os quais fazem

parte do conjunto de bens histórico-culturais brasileiros.

Nesse sentido, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), tinha por objetivo promover e fazer tombamentos em todo estado brasileiro, de forma a proteger as cidades antigas e monumentos que corriam risco de ser demolidos, devido à especulação imobiliária, a qual acontecia com bastante intensidade nesse período.

A ideia era preservar os centros com estilos europeus. Não importava se estávamos destruindo as memórias e as histórias dos povos, pois o mais importante para alguns, naquele momento, era transformar as cidades em um local habitável na concepção da elite, sem os “fedidos cortiços”. Esse período da história brasileira foi o retrato do Brasil getulista no intervalo entre os anos de 1937 a 1945, o qual foi registrado como Estado Novo ou período ditatorial.

Posteriormente, em substituição ao SPHAN, temos a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), instituído em 1937, ainda no governo Vargas. É uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Turismo, o qual cuida da preservação e divulgação do patrimônio material e imaterial da Nação. O IPHAN tem como principal objetivo: “proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.” (IPHAN, 2019, sem paginação). Com essa finalidade, o Instituto do Patrimônio e Artístico nacional vem desenvolvendo junto com as instituições de ensino e com os demais órgãos de preservação, uma forma de dar continuidade ao patrimônio histórico artístico e cultural brasileiro.

Assim como o IPHAN, temos na legislação federal a Constituição de 1946, promulgada no dia 18 de setembro, a qual ficou conhecida como República Populista. O texto traz em seus artigos 174 e um 175 um amparo ao patrimônio cultural, bem como os monumentos e documentos de valor histórico e artístico.

Art. 175. As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais adotados de particular beleza ficam sob a proteção do poder público. (IPHAN, 1980).

A Constituição de 1946 amplia a responsabilidade do poder público, no que diz respeito à conservação da cultura e aos bens naturais, tais como as paisagens. De acordo com Delmas (2010) a importância da preservação não apenas dos

monumentos, mas também dos documentos, possibilitou a criação de acervos que até hoje guardam manuscritos e imagens que protegem a memória histórica brasileira. Em consonância com o exposto no Art. 175, o autor relata que:

Conservar seus arquivos é um ato indispensável. Eles são o produto necessário do funcionamento de toda sociedade organizada. Quanto mais uma sociedade se desenvolve, mais as atividades humanas são numerosas, diversificadas e interdependentes. Quanto mais documentos são usados para que os homens registrem seus atos assegurem a sua continuidade e estabeleçam relacionamentos duráveis entre si, mais eles produzem e conservam arquivos. [...] O acúmulo de relações cada vez mais densas e amplas aumenta de forma exponencial as necessidades e usos de documentos precisos para agir, negociar e viver. Os arquivos aumentam proporcionalmente a isso. (DELMAS, 2010. p. 19-20).

Hoje temos uma vasta documentação em diferentes arquivos públicos como prova real de como foi importante constar na constituição de 1946 o dever do Estado na preservação dos documentos e obras de valor histórico, pois, pela complexidade da sociedade brasileira, é importante que hoje, em pleno século XXI, tenhamos uma memória escrita e iconográfica.

Por sua vez, a Constituição outorgada pelo Congresso Nacional em 1967, após o golpe civil-militar ocorrido em 64, trouxe em seu Art. 172 parágrafo único o seguinte:

O amparo à cultura é dever do Estado. Parágrafo único. Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas. (IPHAN, 1980, sem paginação).

Essa lei maior, apesar de ter sido outorgada num período bem conturbado da história do Brasil, também faz menção ao amparo à cultura como uma obrigação do Estado e, assim como nas constituições anteriores, permanece o cuidado com a preservação das obras e documentações, bem como os monumentos e as paisagens.

Dessa forma, ao cumprirmos as leis sobre a proteção do patrimônio cultural provenientes desde os primórdios da história, estamos fazendo valer o direito à cidadania e, portanto, resguardando a nossa identidade. Sobre isso, se faz valer o que fora descrito por Reisewitz (2004):

O grande papel do patrimônio cultural é o da manutenção, construção e reconstrução da identidade (pessoal e coletiva) de modo sobretudo a proporcionar, ao indivíduo e ao grupo:

- a) um sentimento de segurança, uma raiz, diante das acelerações da vida cotidiana na atualidade;
 - b) o combate contra o estranhamento das condições de existência, ao proporcionar a vinculação do indivíduo e do grupo a uma tradição, e, de modo particular, a resistência contra o totalitarismo, que faz da criação de massas desenraizadas o instrumento central da manipulação em favor da figura atratora do ditador apresentado como único ponto de referência e orientação.
- (REISEWITZ, 2004, p. 101)

Ratificando a ideia de Reisewtz (2004) de que a questão da identidade de um povo reside na preservação do seu patrimônio cultural como elemento essencial para construir e reconstruir, observamos que Todorov (1999), no seu livro “O Homem Desenraizado”, enfatiza também a necessidade de se manterem preservados os patrimônios.

E, mais, as identidades culturais não são apenas nacionais, existem outras, ligadas aos grupos pela idade, sexo, profissão, meio social; em nossos dias, então, todos já vivemos, ainda que em níveis diferentes, este reencontro de culturas no interior de nós mesmos: somos todos híbridos. A origem cultural nacional é simplesmente a mais forte de todas, porque nela se combinam os traços deixados - no corpo e no espírito - pela família e pela comunidade, pela língua e pela religião.

(TODOROV, 1999. p. 26)

Independentemente das suas origens, a identidade de um povo está ligada a todos os achados e grupos sociais, os quais compõem o lugar ou a nação. Para tanto, a origem cultural é a mais forte, porque identifica o que somos através dos nossos gostos, fazeres e saberes. E o patrimônio cultural se torna, assim, um fator primordial para continuarmos sendo o que somos.

É apenas na próxima Carta Magna do Brasil que vamos compilar esse pacote da cultura nacional com a devida importância que a lei máxima de uma nação pode assegurar para seu povo.

A última Constituição brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988, ficou conhecida como “Constituição Cidadã, devido ao simbolismo da publicação, tendo em vista que sua promulgação se deu a partir da redemocratização brasileira, pondo fim ao período do autoritarismo dos militares. Essa Constituição conseguiu ampliar a proteção dos bens culturais, de modo que foi reconhecida a diversidade cultural

brasileira, não deixando para trás ninguém que tenha feito parte na formação da sociedade brasileira ou que, posteriormente, possa vir a fazer.

Nos artigos 215 e 216, ela contempla não apenas os bens de valor histórico e artístico, mas também o patrimônio material e imaterial, como, por exemplo, a valorização de toda forma de viver e fazer.

Os constituintes colocaram como norma a ideia de que o brasileiro venha a ser identificado não só pelos objetos ou estruturas prediais, mas pela forma de viver, de pensar e agir, ou seja: fizeram valer todo desenvolvimento e costumes das matrizes, os quais constituem a nação brasileira, quais sejam: índios, brancos e africanos. Esse entendimento é explicitado no Art. 215 da Constituição de 1988.

Art. 215: O texto constitucional abrange não só os bens de natureza material de valor artístico e histórico, mas também o patrimônio imaterial ou intangível. Nele, são valorizadas as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver.
(BRASIL, 1988, sem paginação).

Nesse sentido, o povo brasileiro faz parte do patrimônio cultural e, desta forma, todas as pessoas ou objetos não mencionados anteriormente pela lei passaram a ser contemplados na nova legislação. Vislumbra-se um avanço já que, desde a década de 1930, as leis específicas sobre a patrimonialização não consideravam as diferentes culturas, as quais compõem o povo brasileiro e suas influências na formação da identidade nacional. Em complemento, o artigo 216 aponta como patrimônio cultural:

Art. 216: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
I - as formas de expressão;
II - os modos de criar, fazer e viver;
III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais;
V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
(BRASIL, 1988, sem paginação).

De forma complementar ao texto do artigo 216 da Constituição, temos o Decreto 3551, de 4 de agosto de 2000 (BRASIL, 2000), que institui os registros dos bens culturais de natureza material e imaterial, abrangendo todas as formas de

expressão – artísticas, científicas e tecnológicas – que os povos que formam a nação brasileira venham a desenvolver coletiva ou individualmente. Desta forma, ficam sendo preservadas as diferentes manifestações culturais da população.

Outro dispositivo jurídico é a portaria do IPHAN 299, de 17 de julho de 2015, a qual relata como devemos proceder para executar as ações de salvaguarda dos bens registrados como patrimônio cultural do Brasil. Segundo o texto:

A salvaguarda do bem registrado deve ser compreendida como um processo no qual os detentores estarão mobilizados com o Iphan e parceiros para identificar com maior profundidade a situação na qual o bem cultural se encontra, ou seja:

- reconhecer eventuais problemas que enfrentam para a continuidade da prática;
 - definir aspectos da produção que precisam ser mais valorizados;
 - refletir sobre os meios possíveis para resolver tais questões;
 - planejar estratégias de execução;
 - identificar e comprometer instituições públicas das três esferas da gestão pública que desenvolvam políticas afins ao objeto da salvaguarda, conforme o pacto federativo; e
 - participar e acompanhar a execução das ações planejadas.
- (IPHAN, 2015, sem paginação).

É notável que os artigos 215 e 216 descrevem que devemos preservar não só o patrimônio cultural material, mas também o imaterial, conservando todas as manifestações culturais.

Nesse sentido, podemos entender que patrimônio histórico abrange múltiplas dimensões da cultura, fazendo vir à tona um passado vivo. Somente assim, nossa memória poderá ser preservada. É importante que os cidadãos que residem numa cidade histórica preservem-na, pois a conservação de bens patrimoniais deve ter por finalidade conservar traços da vida comum, cotidiana; de forma a mostrar como vivia a sociedade de uma determinada época, e, portanto, reforçar a história do lugar, contribuindo para a memória individual e, obviamente para a manutenção das nossas lembranças coletivas.

Como já descrito, com as mudanças na legislação brasileira, a expressão “patrimônio artístico” foi sendo substituída por “patrimônio cultural”. A alteração não foi apenas uma mudança de termo, mas uma forma de abranger os bens materiais desvinculados do seu ambiente, bem como maneira de abarcar todo desenvolvimento humano relacionado à produção. Portanto, temos, de uma forma ampla, todos os bens dos quais podemos considerar importantes para nossa memória histórica.

Com a substituição da terminologia "Patrimônios Históricos Artísticos" por "Patrimônio Cultural", ganha, pois, a produção cultural humana, a qual vive em constante processo de transformação e, obviamente, enriquecendo cada vez mais o ser humano dentro do contexto histórico-cultural em que vive.

Com esse novo conceito, exposto na Constituição de 1988, abrem-se perspectivas para se preservar não só aqueles de reconhecido valor histórico, mas o bem do dia a dia; o que antes não denotava nenhuma valia para alguns, como considera Circe Bittencourt (1988) em seu livro "O Saber Histórico em Sala de Aula".

Não se discute mais se o patrimônio cultural do país constitui-se apenas dos bens de valor excepcional ou também aqueles de valor cotidiano: se inclui monumentos individualizados ou em conjunto: se apenas a arte erudita merece proteção ou também as manifestações populares: contêm-se apenas os bens produzidos pelo homem ou se engloba também os bens naturais: se esses bens da natureza envolvem somente o dotado de excepcional valor paisagístico ou inclusive o simples ecossistema. Enfim, todos esses bens, sejam naturais ou esculturais, materiais ou imateriais, tangíveis ou intangíveis, estão incluídos no patrimônio cultural do país, desde que os mesmos sejam portadores de referência à identidade, à ação e a memória dos diferentes elementos étnico-culturais formadores da nação brasileira.

(BITTENCOURT, 1998. p. 45)

Vimos que a legislação vem sofrendo as modificações cabíveis e, aos poucos, a proteção aos bens patrimoniais foi ampliada. Paralelamente, o conceito de patrimônio também foi sendo modificado, com as palavras: "histórico", "artísticos" e "paisagísticos", sendo substituídas por "cultural", de modo a abarcar a diversidade da cultura brasileira.

Discorrendo sobre as constituições brasileiras, observamos que desde a Constituição de 1891, a segunda Carta Magna do Brasil, já existe um cuidado com o patrimônio. A partir da Constituição de 1934 já vemos o Estado apontando para o tema cultura. Desde então, vamos construindo as normas de proteção aos bens patrimoniais, de forma que alcançamos o ápice na última Carta Constitucional, em 1988, quando entendeu-se que a cultura é algo vivo e que se modifica com o passar dos tempos, e que devemos preservá-la.

Nesse sentido, Le Goff (2013, p. 435) aponta a importância da preservação da cultura e da identidade, como elemento da memória social:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória
(LE GOFF, 2013, p. 435).

De acordo com Le Goff (2013), a identidade de um povo depende essencialmente de sabermos preservar a sua memória e, para que isso aconteça, é necessário proteger o patrimônio histórico-cultural, principalmente a partir de legislação específica. Ao conseguirmos fazer com que os jovens venham a se imaginar em cada objeto, escultura, casario, som, celebração e vestimenta que compõe a sua história é que poderemos torná-lo um cidadão ou cidadã consciente, protagonista da sua própria história.

Mas, ainda hoje, é comum ver pessoas menosprezarem as construções de outros tempos, desvalorizando o que não é contemporâneo só porque julgam-nas como obras ultrapassadas, obsoletas, inseguras e desconfortáveis, por exemplo. E a solução para esses problemas reside, quase sempre, nas adaptações dessas construções consideradas “antigas”, tentando atualizá-las de acordo com os padrões que julgam necessários, descaracterizando um patrimônio em prol de conforto.

Esse processo predador sufoca as raízes da cultura e é alimentado pelo desenvolvimento frenético das cidades urbanas. Tomaz (2010) afirma que, não é possível preservar a memória de um povo sem, ao mesmo tempo, preservar os espaços por ele utilizados e as manifestações cotidianas de seu viver.

Daí se faz necessário conhecer as normas que organizam e protegem os bens patrimoniais, os quais estão expostos não só no Sítio Histórico de Olinda, mas em todo espaço que transmite o saber histórico-cultural. Para isso, temos um órgão como o IPHAN como um mediador entre a sociedade e o poder público, de modo a proteger os bens culturais.

Porém, para potencializar sua atuação, é preciso que a nova geração – em especial, os estudantes – venham a conhecer as normas que protegem nossos bens patrimoniais. Devem entender também que o mais importante além das leis são as próprias pessoas, as quais devem aprender a cuidar dos bens, de modo a permitir que as gerações presente e futura possam usufruir do patrimônio cultural. A lei possui

uma ação meramente coercitiva, como apresentado no significado do verbete:

Em uma sociedade, a função das leis é controlar os comportamentos e ações dos indivíduos de acordo com os princípios daquela sociedade. No âmbito do Direito, a lei é uma regra tornada obrigatória pela força coercitiva do poder legislativo ou de autoridade legítima, que constitui os direitos e deveres numa comunidade.
(LOPES, 2021, sem paginação).

Nesse sentido, as normas de preservação patrimonial nos ajudam a melhorar nossos comportamentos como indivíduos pertencentes a uma sociedade, norteando o cidadão a cuidar dos objetos que integram o patrimônio. Além de tais leis, a cidade de Olinda sustenta o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, assumindo relevância histórica internacional. Tal tema é exposto na subseção a seguir.

2.2 COMO A CIDADE DE OLINDA FOI CONSIDERADA PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA HUMANIDADE?

Atualmente, a cidade de Olinda sustenta o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, fazendo parte do acervo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no que diz respeito à preservação cultural.

A UNESCO é a instituição responsável em emitir a titulação de patrimônio cultural da humanidade a uma determinada sociedade. A *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* é uma das subdivisões da Organização das Nações Unidas (ONU), organismo internacional constituído pelos países que aceitaram cumprir as obrigações previstas em sua carta, datada de 1945 e, ao mesmo tempo, prestar sua cooperação econômica, social e cultural.

Para a UNESCO, integram o patrimônio cultural da humanidade os bens inestimáveis e insubstituíveis não somente de cada nação, mas da humanidade no seu conjunto. Essa instituição tem como princípios:

Os principais objetivos da UNESCO são promover a compreensão e o respeito entre os povos; promover a educação universal livre e obrigatória; assegurar a cada indivíduo uma educação que corresponda às suas aptidões e as necessidades da sociedade em que vive, incluindo uma educação técnica e o ensino superior;

promover o progresso e a utilização da ciência para o benefício de toda humanidade constituiu dá por livros, obras de arte e monumentos. Históricos e científico e colocar essa herança cultural à disposição de todos, incentivando o respeito mútuo entre diferentes valores culturais. (UNESCO, 2020, sem paginação).

Cuidar de parte da herança cultural brasileira, a partir da valorização do centro histórico olindense, mostra-se, portanto, como uma atividade alinhada com a proposta defendida pela UNESCO.

A princípio, a cidade de Olinda foi inscrita em 1968 no Livro de Tombo de Belas Artes, no Histórico, no Arqueológico e Paisagístico por seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico. Somente em 17 de dezembro de 1982, a UNESCO reconheceu a cidade como patrimônio mundial. Foi um longo caminho para a obtenção do título. Para a atribuição, a UNESCO avalia em torno de treze critérios. Olinda insere-se em dois, sendo eles o segundo e o quarto.

Olinda exerceu uma influência considerável durante um período e dentro de uma área cultural determinada, no desenvolvimento da arquitetura e da organização do espaço;
Olinda constitui um exemplo eminente de um habitat humano que é representativo de uma cultura e que se tornou vulnerável sob o efeito de mutações reversíveis.
(IPHAN, 2016, sem paginação).

Olinda é uma das poucas cidades do mundo que conserva durante quase 500 anos, pelo menos, a mesma estrutura. O Alto da Sé, a cabeça de Olinda. É de lá que descem os quatros vertentes: pelo norte temos a ladeira do amparo; depois vem a descida de São Francisco, que desemboca na praia do Carmo; a ladeira de Luiz Gomes que tem acesso pelo sul, vem da praça Dantas Barreto e sobe até a Sé, e, finalmente, a descida do Bom Sucesso que leva para expansão interior de Olinda. Temos também a vegetação da cidade: ainda hoje, muitos dos quintais olindenses permanecem com os mesmos moldes do passado, repletos de árvores frutíferas e plantas ornamentais e medicinais. Desde a sua gênese, Olinda vem conservando sua vegetação e seu traçado como se ainda vivesse no período colonial, sob o domínio dos portugueses.

Ficou claro para a UNESCO que o município olindense, durante muitos anos, exerceu influência na sociedade pernambucana e no Brasil, pois, quando Duarte

Coelho chegou às ditas colinas, trouxe consigo algumas pessoas para junto construir, desenvolver e explorar o lugar. E, aqui chegando, encontrou algumas tribos as quais habitavam esse lugar, que conviviam na mais profunda ligação com a natureza. Olinda é, portanto, a junção do natural com a humanidade; temos um cenário feito pela natureza e o outro pelo ser humano.

Além disso, os nossos colonizadores organizaram os espaços e construíram casas e igrejas trazendo, assim, algo de novo para um local que nunca havia sido habitado por seres humanos brancos. Juntamente com os indígenas, começaram a desenvolver o que, posteriormente, compôs parte do que somos hoje.

O quarto critério que levou a UNESCO a considerar a cidade como patrimônio cultural da humanidade são os belíssimos prédios com quase 500 anos de história, os quais se destacam com sua exuberância arquitetônica dos séculos XVI e XVII. Soma-se a isso, as igrejas, com seus altares rebuscados que nos remontam ao período áureo da história do Brasil. Conforme Choay (2001), se faz necessário perceber não só o saber que os monumentos transmitem, mas também a valorização como um entendimento para que esse bem não venha a se deteriorar e chegar ao fim.

As diferentes relações que os monumentos e os monumentos históricos mantêm, respectivamente, com o tempo, a memória e o saber, impõem uma diferença maior relativa à sua conservação. Aparentemente, esta noção é-lhes consubstancial. No entanto, os monumentos são permanentemente expostos às injúrias do tempo vivido. O esquecimento a desafetação, o desuso, fazem esquecê-los e deixam cair.

(CHOAY, 2001, p. 25)

Sabemos o quanto é importante a preservação desses monumentos para a perpetuação da cultura de um povo, mas as dificuldades encontradas pela Prefeitura de Olinda e, principalmente, pelos proprietários desses prédios antigos são enormes, tendo em vista que sua manutenção é bastante dispendiosa. Essa fraqueza torna os monumentos presas fáceis para a ação do tempo e de vândalos, que aceleram para a destruição dos mesmos.

Além do mais, o pensamento de algumas pessoas contribui para a destruição desses bens históricos, tendo em vista que muitos não dão o devido valor ao patrimônio e só querem lucrar, modificando a estrutura e a aparência dos bens, na

expectativa de fazê-los mais confortáveis e mais bonitos, no anseio de alugá-los e/ou transformá-los em algum ponto de uso comercial. Nesse sentido, Leonardo Castriota (1998) relata sobre o crescimento de uma cidade e como se dá a relação do antigo com o novo:

[...] se esse processo de transformação acompanha a história das cidades, com cada geração intervindo sucessivamente no tecido preexiste que recebe como herança, com a vitória do capitalismo, e, principalmente, com o desenvolvimento mais recente, passa a predominar na ocupação urbana quase que unicamente o valor econômico-especulativo, em detrimento de todos os outros valores humanos, simbólicos, políticos, etc.
(CASTRIOTA, 1998, p. 3).

É óbvio que a dinamização de uma paisagem urbana é um processo em constante modificação, até porque o desenvolvimento faz-se necessário, pois precisamos para manter o ambiente saudável para todos os quais habitam naquele determinado lugar. Todavia, o que não pode acontecer é um crescimento desorganizado, onde uma determinada classe social busque isoladamente benesses econômicas, em detrimento de toda a coletividade.

Castriota (1998, p. 22) relata que, para conservar a cidade histórica não é necessário “congelar a vida, ou transformar as cidades em museus, mas sim pensar na preservação e melhoria da qualidade de vida, o que abrange tanto as áreas consideradas históricas quanto aquelas mais novas.” Para que isso aconteça, é preciso usar o bom senso e fazer valer nossa legislação sobre o bem patrimonial e os objetos contemporâneos.

Ainda sobre a conservação do patrimônio, temos o período do carnaval, o qual atrai muitos turistas para o centro histórico de Olinda todos os anos, causando muitos danos. A quantidade de pessoas que chega ao espaço – considerado sagrado para a história – não é alvo de planejamento público, fazendo com que os períodos de comemorações carnavalescas tornem o Sítio Histórico de Olinda ainda mais vulnerável à degradação, com um controle quase que impossível de ser realizado.

Não podemos esquecer que as festas carnavalescas, ao passo que movimentam as ladeiras históricas da cidade e danificam o patrimônio histórico-cultural, também são responsáveis por trazer faturamento para a cidade, sendo uma

importante receita anual para o município. A administração municipal, inclusive, investe as cifras para a manutenção dos espaços públicos e também em ações em prol do cotidiano dos olindenses.

Uma solução viável seria a utilização de outro espaço na cidade para a realização das festas carnavalescas, de modo a manter o centro histórico olindense preservado. Com tal ação, oportuniza-se cuidar perfeitamente de dois bens: o conjunto histórico e arquitetônico; e a tradição da festa de carnaval, integrante da cultura brasileira.

Ter o título de patrimônio histórico-cultural da humanidade trouxe mais visibilidade para o município, destacando-o para que o mundo conheça melhor uma parte da cultura brasileira, através não apenas dos monumentos expostos no centro histórico olindense, mas também de todo processo cultural existente no município. Inserem-se nesse rol, as celebrações religiosas, os cantos, os ritos e tudo o que é produzido artisticamente, porém que ainda não recebe o devido reconhecimento.

Patrimônio Cultural é tudo isso: verdadeiramente, um bem inestimável. Quando destruído, toda humanidade perde um pouco; um pouquinho de cada um morre, causando o vazio. O homem, como ser sociável, deve sempre estar aprendendo um com o outro, não importando de qual cultura faz parte. O importante é aprender. As diferenças, por sinal, são essenciais para atrair e despertar a curiosidade, em prol da construção de um mundo de vários bens culturais.

Mesmo assim, o ser humano é o elemento mais importante; é o objeto principal do Patrimônio Cultural, porque é ele que constrói não só os monumentos, mas faz acontecer e dá vida aos patrimônios mundiais. Sem ele, o patrimônio fica sem a parte humana e, conseqüentemente, sem a sua dimensão cultural. A expressão “patrimônio cultural da humanidade”, trabalhada ao longo desta subseção, acaba perdendo completamente o sentido de existir.

Por isso a valorização do patrimônio cultural nos traz a interdisciplinaridade como forma de desenvolver o conhecimento sobre diferentes olhares, mas com o mesmo objetivo: educar para preservar e nos identificarmos. Conforme nos indica Luiz Antônio Custódio, membro da diretoria do IPHAN, “a valorização do patrimônio cultural brasileiro depende, necessariamente, de seu conhecimento.

E sua preservação, do orgulho que possuímos de nossa própria identidade”

(HORTA: GRUNBERG; MONTEIRO, 2008, p. 5). Só podemos valorizar nossa cultura através do conhecimento e a educação patrimonial é o caminho para podermos usufruir do nosso passado, tanto individual, quanto coletivo na busca pela conscientização histórica.

CONSCIÊNCIA HISTÓRICA é a expressão utilizada contemporaneamente para designar a consciência que todo agente racional humano adquire e constrói, ao refletir sobre sua vida concreta e sobre sua posição no processo temporal da existência. Ela inclui dois elementos constitutivos: o da identidade pessoal e o da compreensão do conjunto social a que pertence, situados no tempo. (MARTINS, 2019, p. 55).

É essa racionalização que buscamos melhorar na certeza de trazer uma boa reflexão na construção da aprendizagem através do patrimônio cultural, de modo a levar nossos jovens estudantes a se identificarem com a cultura, a qual cada um de nós pertencemos, é o que trataremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO III – A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM MEIO DE CONSCIENTIZAÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

3.1 CASA DO PATRIMÔNIO DE OLINDA: EDUCANDO PARA VALORIZAR

Mesmo com todos os esforços com relação à legislação e a aplicação do Plano Municipal de Educação Patrimonial⁵ observamos que ainda existe um grande desafio a ser vencido pela comunidade olindense, que é aprender a respeitar e a preservar o patrimônio cultural.

Um dos meios encontrados para vencermos os obstáculos à preservação, foi a partir do estabelecimento das Casas do Patrimônio. Em Olinda, há uma instalada na Rua do Amparo, nº 59, no bairro homônimo. Constitui o endereço certo para trabalharmos a preservação do patrimônio. Nesse espaço é que são desenvolvidos trabalhos de aproximação entre a comunidade e as autoridades responsáveis – como o IPHAN – para a sensibilização, a valorização e usufruto do patrimônio cultural. A instituição tem como propósito e objetivo:

[...] Constituir-se como um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural.
(IPHAN, 2015, sem paginação)

As casas do patrimônio são espaços onde podemos aprender, guardar, usufruir e desenvolver os bens culturais de um determinado lugar, tornando possível a participação da sociedade e do governo através de ações construtoras, onde todos poderão se beneficiar mutuamente. Em Pernambuco temos casa de patrimônio nas cidades de Recife, Igarassu e Olinda.

Tomando como objeto de análise a casa de patrimônio no município olindense, há o desenvolvimento de vários trabalhos de sensibilização, entre eles, as oficinas de educação patrimonial com o intuito de trazer à comunidade o entendimento intelectual sobre a importância da valorização dos nossos bens culturais, como forma de continuidade e preservação da memória individual e coletiva. A existência desses locais pode ser explicada por Magalhães (1997, p. 22), que descreve que “não há

⁵ Sobre o Plano Municipal de Educação Patrimonial (PMEP) trataremos na seção 3.3.

outra maneira do ensino e da educação no Brasil atingirem um plano de visão conjunta, a não ser através de uma educação baseada nos nossos valores culturais.”

A Casa do Patrimônio de Olinda tem como proposta viabilizar atividades voltadas para preservação e valorização do patrimônio e da cultura da cidade. Para que isso aconteça, se faz necessária a participação dos órgãos competentes⁶ e, principalmente, da sociedade, pois só assim construiremos uma relação duradora e eficaz para que o patrimônio cultural da humanidade olindense permaneça como um bem precioso para o mundo e, especialmente, para os olindenses, pernambucanos e brasileiros.

É importante entendermos que a Casa do Patrimônio foi criada com o intuito de termos mais um espaço para promover práticas educativas de conservação do Patrimônio Cultural. Seus principais objetivos são:

- Articular coletivamente as representações do IPHAN nas unidades de federação, as instituições da sociedade civil e os poderes públicos municipais, instaurando espaços de debate e reflexão sobre o Patrimônio Cultural;
- Difundir informações sobre a ação institucional do IPHAN de forma acessível ao público;
- Estimular a participação das comunidades nas discussões e propostas de redefinição do uso social dos bens culturais;
- Promover oficinas para estudantes, educadores da rede pública municipal e estadual centradas na interface Patrimônio e Educação, com a finalidade de que venham a atuar como multiplicadores desse novo enfoque;
- Garantir práticas educativas multi/transdisciplinares, com abordagens transversais, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e os Parâmetros Nacionais (PCN) do Ministério da Educação;
- Promover a valorização das comunidades, bem como contribuir para sua inserção técnica, tecnológica e digital, por meio de oficinas educativas que utilizem ferramentas de audiovisual, por exemplo;
- Identificar agentes locais responsáveis por ações educativas;
- Buscar temas geradores significativos para a valorização do Patrimônio Cultural das diferentes comunidades;
- Valorizar ações educativas que promovam a interface entre as diferentes áreas e dimensões do Patrimônio Cultural;
- Garantir um espaço de trocas de experiências envolvendo iniciativas de Educação Patrimonial.

(IPHAN, 2014, p. 37).

⁶ Considera-se aqui uma ação integrada, desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), Secretaria de Patrimônio e Cultural de Olinda e a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco.

Os objetivos citados apontam o caminho a ser seguido, indicando que não são só as instituições de ensino devem cuidar da preservação dos patrimônios, mas também os ambientes como a Casa do Patrimônio de Olinda, a qual figura como mais um espaço para ministrar os conteúdos relacionados à Educação Patrimonial, promovendo uma cooperação entre as comunidades, estudantes e os órgãos responsáveis em promover o conhecimento eficaz sobre o tema.

Com tais ações, torna-se possível ter pessoas focadas em cuidar do Patrimônio Cultural, fazendo de cada objeto, prédio, forma de expressão, saberes e fazeres, como um bem coletivo de todos aqueles que compõem os bairros, as cidades, os estados e país. Nesse sentido, Ana Beatriz Goulart de Faria, em texto publicado nos Cadernos Pedagógicos do Programa Mais Educação (BRASIL, 2012) aponta que:

Todo espaço que possibilite e estimule, positivamente, o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir consequentemente [...]. Portanto, qualquer espaço pode se tornar um espaço educativo, desde que um grupo de pessoas dele se aproprie, dando-lhe este caráter positivo, tirando-lhe o caráter negativo da passividade e transformando-o num instrumento ativo e dinâmico da ação de seus participantes, mesmo que seja para usá-lo como exemplo crítico de uma realidade que deveria ser outra [...] o espaço não é educativo por natureza, mas ele pode tornar-se educativo a partir da apropriação que as pessoas fazem dele, ou seja, o espaço é potencialmente educativo. E o arranjo destes espaços não deve se limitar a especialistas (arquitetos, engenheiros...), mas sim, deve ser prática cotidiana de toda a comunidade escolar (BRASIL, 2012, p. 25).

Logo, segundo o Programa Mais Educação (BRASIL, 2012), é necessário estimularmos um olhar diferenciado sobre a educação patrimonial, incentivando seu desenvolvimento não só nos espaços educacionais formais, mas em qualquer local onde as pessoas possam desenvolver tais conhecimentos, de modo a fomentar entre os habitantes da cidade uma postura de guardiões do patrimônio.

Isso incentiva que as pessoas não danifiquem ou desprezem tudo o que compõe o patrimônio local. A ação de partilha de conhecimento também possibilita uma mudança de atitude, de uma postura passiva ao contemplar os monumentos sendo depredados e pichados para um papel ativo, de defesa, vigilância e conservação.

Atualmente, a Casa do Patrimônio de Olinda promove uma exposição de imagens com o tema: “Comemorar Olinda”, a qual demonstra o cotidiano dos moradores da cidade alta através de fotos. O objetivo da ação é estimular os visitantes

a desenvolverem um olhar que possibilite a compreensão do espaço do sítio histórico olindense como um lugar de pertencimento e de identidade dos pernambucanos e brasileiros. Um dos textos apresentados ao público na Casa do Patrimônio de Olinda aborda a importância do conhecimento para a preservação dos bens:

Conhecer para preservar, parta partilhar dos sabores e necessidades, das maravilhas e das idiossincrasias. Saber onde começam e terminam os direitos e deveres. Saber das leis que protegem e obrigam, para libertar o desejo de viver e conviver com o outro, com os outros, com os iguais, moradores, com os diferentes, turistas. Conviver é abrir a casa, convidar é entender o outro, respeitar. (GONDIM, 2015)⁷

Segundo Gondim (2015), a obtenção do conhecimento facilitará na questão da valorização dos bens históricos. Todavia, mesmo com a importância do conhecimento teórico, é necessário aplicar o saber em ações práticas; um processo de transformar o saber em atitudes. Grande parte desse processo de mudança e de aplicação prática do conhecimento pode ser advinda de ações que discorram sobre a importância econômica e cultural do sítio histórico olindense.

Um dos pontos que deve ser considerado na análise das ações desenvolvidas pela Casa do Patrimônio de Olinda diz respeito à sua própria fachada, apresentada na Figura 3, a seguir.

Figura 3 – Fachada da Casa do Patrimônio de Olinda



Foto da autora (2022)

⁷ Texto de Fernando Gondim, constante no acervo da exposição “Comemorar Olinda”, em cartaz desde 2015 na Casa do Patrimônio de Olinda.

Como vislumbrando na Figura 3, a Casa do Patrimônio passou a ser alvo de vândalos e de pichações, em uma situação grave, a qual descortina duas análises sobre o problema: (a) a descaracterização do prédio histórico; e (b) a necessidade de maior ênfase na promoção de ações educativas para a população local, já que o prédio destinado à conservação está sofrendo com ataques.

Discorrendo sobre as ações desenvolvidas pela Casa do Patrimônio, podemos ver ainda na exposição “Comemorar Olinda” uma homenagem ao povo olindense, com fotografias do cotidiano de famílias e da sociedade olindense, em meio aos festejos carnavalescos. A ação também conta como as pessoas tratavam o tema sobre Patrimônio Cultural no passado. Um texto de Lula Marcondes (MARCONDES, 2020)⁸, utilizado na exposição, descreve a ação da seguinte forma:

Uma evocação, um chamado que faz o passado presente e projeta as lembranças ao futuro... Esse é o sentido desta exposição que, na realidade é um convite a uma experiência sensorial profunda pelas memórias da cidade alta de Olinda. Memórias ainda vivas dessa gente que teima em dar continuidade, no espaço-tempo, às suas construções afetivas neste rico pedaço de chão.
(MARCONDES, 2020, sem paginação).

A exposição nos convida não só a relembrar, mas a visualizar e vislumbrar o cotidiano de algumas famílias que moravam na parte alta da referida cidade. A Olinda de alguns anos em comparação com a cidade dos dias atuais aponta uma constatação dolorosa: de que ainda estamos engatinhando com relação à educação patrimonial.

Como já mencionado em outro momento deste estudo, cabe reforçar novamente que se as pessoas fossem mais informadas sobre a temática Patrimônio Cultural, certamente estariam cuidando melhor do lugar onde habitam, porque só os esforços da gestão pública não são suficientes para manter os bens culturais preservados, dependendo também do engajamento da população, a qual deve assumir um papel guardião.

A Casa do Patrimônio de Olinda vem, ao longo dos anos, desenvolvendo um trabalho não só de aproximação entre os moradores e as autoridades responsáveis para proteger o sítio histórico olindense, mas também contribuindo para que esse bem patrimonial permaneça vivo através de cada um que mora ou que venha a usufruir do município (turistas).

⁸ Texto de Lula Marcondes. “O Norte – Oficina de criação”, exposto na Casa do Patrimônio de Olinda.

É com o trabalho do IPHAN na salvaguarda e o da Casa do Patrimônio na informação e orientação, que muitos dos bens do patrimoniais de Olinda ainda estão conservados. Entre eles, está um dos belíssimos casarios, conhecida como “casa vermelha”, situada no bairro do Carmo, ao lado da Igreja de São Pedro.

Essa mansão é um referencial no centro histórico olindense, demonstrando para quem mora ou visita a cidade que o coração do sítio histórico de Olinda está pulsando. É como se sua imponência e seus detalhes rebuscados – e, ao mesmo tempo, suaves em comparação aos demais prédios – representassem as outras casas do sítio histórico. Além de sua beleza, o prédio conta a história de uma cidade colonizada pelos portugueses, invadida e queimada pelos holandeses, que fora reconstruída e que resiste até os dias atuais.

Para que esses casarios e tantos outros bens venham a ser preservados, a Casa do Patrimônio de Olinda – como espaço democrático que desenvolve um trabalho lento, firme e constante sobre a temática educação patrimonial – vem construindo a aprendizagem para valorizar os bens culturais, fazendo com que a comunidade se aproprie do que é seu, assumindo o papel de protagonista.

Considerando o cenário das escolas do município de Olinda, muitas delas desconhecem a existência da Casa do Patrimônio e do Plano Municipal de Educação Patrimonial (PMEP). Uma breve averiguação junto às instituições de ensino é suficiente para identificar a inexistência de projetos para desenvolver nos currículos o tema educação patrimonial. Assim, trabalhos em prol da conscientização e da valorização não só dos patrimônios materiais, mas dos diferentes saberes locais constituem uma forma de preservação da memória local.

Para Todorov (1999, p. 27) é importante que o ser humano se reconheça no lugar em que vive ou pertença a uma comunidade, pois, sendo assim, se torna mais agradável viver, porque habitaremos em meio aos nossos. Ações de conscientização sobre o estudo do Sítio Histórico de Olinda são uma forma de dizer para os alunos que, ao adquirirmos esses conhecimentos estamos dando continuidade à memória histórico-cultural dos nossos ancestrais, auxiliando no processo de pertencimento ao lugar.

Tratamos essa questão de valorização do patrimônio histórico como elemento de pertencimento às nossas origens e, através dessa compreensão, podemos viver melhor em comunidade, enxergando o *habitat* a partir de outra ótica. Neste contexto, as Casas do Patrimônio auxiliam na busca desse entendimento, já que trazem à tona

o querer cuidar, preservar e, conseqüentemente, o pertencer como um atributo para valorizar.

Toda essa questão de conscientização da comunidade e também parte das autoridades responsáveis se faz necessária, pois nos últimos anos a cidade de Olinda esteve na iminência de perder o título de Patrimônio Cultural do Mundo reconhecido pela UNESCO, em razão da falta de manutenção dos prédios os quais foram tombados. O problema se agravou quando a própria população que reside nos casarios, considerados históricos, começou a fazer modificações nas pinturas e instalar grades de proteção, esquecendo-se das normas referentes a tais prédios.

A cidade de Olinda, eleita há 30 anos Patrimônio Cultural da Humanidade, sofre a ameaça de perder o título. Um ofício constando irregularidades no processo de preservação e manutenção dos imóveis inseridos no perímetro de tombamento foi encaminhado pelo Ministério Público de Contas de Pernambuco (MPCO-PE) à Unesco, órgão responsável pela concessão da titulação, nesta semana. Baseado em um relatório de auditoria elaborado em 2006 pelo Tribunal de Contas e em avaliações posteriores feitas em 2009 e 2012, o documento evidencia modificações nas fachadas de sobrados, incluindo um utilizado pela prefeitura, sujeira e vandalismo em peças arquitetônicas do Sítio Histórico. (ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, 2013).

É bem verdade que vivemos um período onde os seres humanos vivem, a cada dia, mais assustados com a violência urbana, a qual se manifesta em todos os lugares do país, não se limitando à Olinda. A insegurança levou à uma atitude impensada, em busca de modificar os prédios tombados, almejando maior proteção contra possíveis investidas de criminosos.

Porém, ao se analisar o texto da Associação do Ministério Público de Pernambuco (2013), vê-se que o descaso vem da própria prefeitura, porque a mesma não cuida da segurança pública e da educação patrimonial como deveria. Ademais, não fiscaliza o descumprimento das normas referentes à preservação do bem histórico.

A situação envolvendo a possibilidade de perda do título foi noticiada pela mídia local, com reportagens publicadas pelos veículos de comunicação mais importantes de Pernambuco. O alerta feito pela Associação do Ministério Público de Pernambuco soa como algo bastante constrangedor, pois, em pleno século XXI, cidades do porte

de Olinda ainda sofrem com monumentos se deteriorando por falta de manutenção e também pelo vandalismo realizado pela própria população.

Com isso, fica claro que a falta de conhecimento – por parte da população – e a ausência de disposição em querer fazer, por parte dos órgãos competentes, vem contribuindo para que ocorra a depredação. Daí, mais uma vez, emerge a importância da Casa do Patrimônio, como estratégia para difundir conhecimentos sobre o patrimônio cultural, com o máximo alcance possível. Ressalta-se que, quando ensinamos estudantes adolescentes, esperamos sempre também abranger seus familiares, a partir do efeito de agentes multiplicadores do conhecimento.

É uma tarefa de “formiguinhas”: aos poucos vamos conquistando e multiplicando os resultados através dos nossos alunos, os quais vão nutrindo o respeito pelo antigo. Com tal trabalho, espera-se também que os discentes entendam a possibilidade de convívio do antigo com o novo, sem a necessidade de destruir acervos, os quais contam a história não só de um período abastado, mas que também apresentam como era o cotidiano dos não afortunados e como eram as relações entre os povos que compõem o povo brasileiro.

É esse elo entre população e autoridades que precisamos fortalecer através da educação patrimonial – inclusive a partir da atuação da Casa do Patrimônio de Olinda – para, dentre outros, diminuir o aspecto de sujeira e pichações em prédios como o Cine Olinda, no Varadouro, que há décadas se encontra fechado por falta de verbas para reforma e pela ausência de interesse e mobilização da comunidade local para a reabertura do equipamento.

Parte do problema relacionado à não-valorização patrimonial reside na elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na página 414 do referido documento há a menção de que a educação patrimonial, no ensino infantil, ocorrerá no 5º ano do ensino fundamental, ocasião em que o estudante deve aprender as tradições orais e a valorização da memória, bem como conhecimentos sobre a transmissão de saberes, culturas e histórias, e conteúdos relativos aos patrimônios materiais e imateriais da humanidade.

Depois da terceira revisão da BNCC, os livros didáticos, que antes possuíam, mesmo de forma superficial, o tema patrimônio cultural no 6º ano do Ensino Fundamental e no 1º ano do Ensino médio, hoje passaram a não contar com qualquer menção sobre o assunto.

Ainda considerando a BNCC, o currículo das escolas de Pernambuco também

foi exposto a alterações, de maneira que a temática patrimônio cultural ficou de fora no ensino fundamental. Torna-se um grave problema, já que é um tema que deveria permear a formação dos alunos ao longo de todo o ensino básico.

Diante disso, vimos que ainda falta muito para que a cidade de Olinda possa, de fato e de direito, assumir o papel de protagonista na temática da valorização do patrimônio cultural. Porém não podemos esquecer que o município vem paulatinamente construindo uma forma de preservar seus bens históricos, mesmo com a escassez de recursos destinados a essa temática.

Desse modo, cabe às escolas, independente da rede de ensino que integrem – estadual, municipal ou particular – desenvolver seus projetos de Educação Patrimonial, se dedicando a construir conhecimentos juntos aos discentes, capazes de promover o dever de cuidar dos bens patrimoniais, levando-os a compreensão de que os objetos pertencem a todos e, como tal, devem ser conservados como um bem particular com nuance coletiva.

Para construirmos uma aprendizagem na prática, à luz dos projetos desenvolvidos pela Casa do Patrimônio, desenvolvemos uma oficina juntos aos professores de todas as disciplinas do currículo escolar, a qual apresentaremos na seção subsequente. Mas antes de pormenorizar o produto desenvolvido a partir desta dissertação, faz-se necessário discorrer sobre a educação patrimonial no município de Olinda, considerando, para tanto, o Plano Municipal de Educação Patrimonial – PMEP, descrito na subseção a seguir.

3.2 O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL - PMEP

Em consonância com a legislações constitucionais, em especial a última Carta Magna, conhecida como “Constituição Cidadã” de 1988, a prefeitura de Olinda formulou o Plano Municipal de Educação Patrimonial – PMEP, o qual tem como base a elaboração da proposta de educação patrimonial nacional, criado a partir dos debates promovidos no II Encontro Nacional de Educação Patrimonial – ENEP, realizado na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais no ano de 2011.

O Plano Municipal de Educação Patrimonial – PMEP foi elaborado com o intuito de nortear a política pública no município e se apresenta com resultado de um processo democrático que visa contribuir e criar ferramentas para a inclusão do cidadão olindense na discussão ampla

e crítica acerca do seu patrimônio cultural.
(OLINDA, 2021, sem paginação)

Com o intuito de ajudar a garantir a preservação de seus 10,4 km² tombados, o Plano Municipal de Educação Patrimonial vem se destacando não só por evidenciar a história do município, mas por ser um documento completo, contemplando a cultura e a vegetação da cidade. Sendo assim, a elaboração do PMEP se fez necessária para que o significado do título de patrimônio histórico cultural da humanidade se torne ainda mais visível para os olindenses.

O PMEP analisa o Sítio Histórico de Olinda a partir de sua importância histórica, cultural e ambiental:

Quando nos referimos ao patrimônio histórico estamos reportando ao conjunto de bens que constam a história de uma geração através de sua arquitetura, vestes, acessórios, mobílias, utensílios, armas, ferramentas, meio de transportes, obras de arte, documentos.
(OLINDA, 2021, sem paginação).

A existência do PMEP vem auxiliar na conservação dos casarios coloridos, das igrejas, dos altares e das famosas ladeiras, tão conhecidas nas festividades carnavalescas. Esses monumentos e tantos outros objetos de uma época (colonial) relatam a história de vários povos que viveram na cidade.

Um dos itens que consta no PMEP é relacionado ao calçamento com pedras cabeça-de-negro. Uma rápida visita ao sítio histórico, nas proximidades do Mercado da Ribeira, todavia, evidencia que as pedras lá instaladas estão sendo levadas do seu local de origem, causando um transtorno para a fluidez do trânsito e, acima de tudo, um problema para a preservação do patrimônio, vide Figura 4. Se o tema fosse tratado com profundidade no currículo escolar, por exemplo, os alunos tenderiam a ter maior conhecimento e autonomia para apontar a situação no meio escolar, fazendo-o ressoar até as autoridades competentes.

Figura 4 – Calçamento com as pedras cabeças de negros

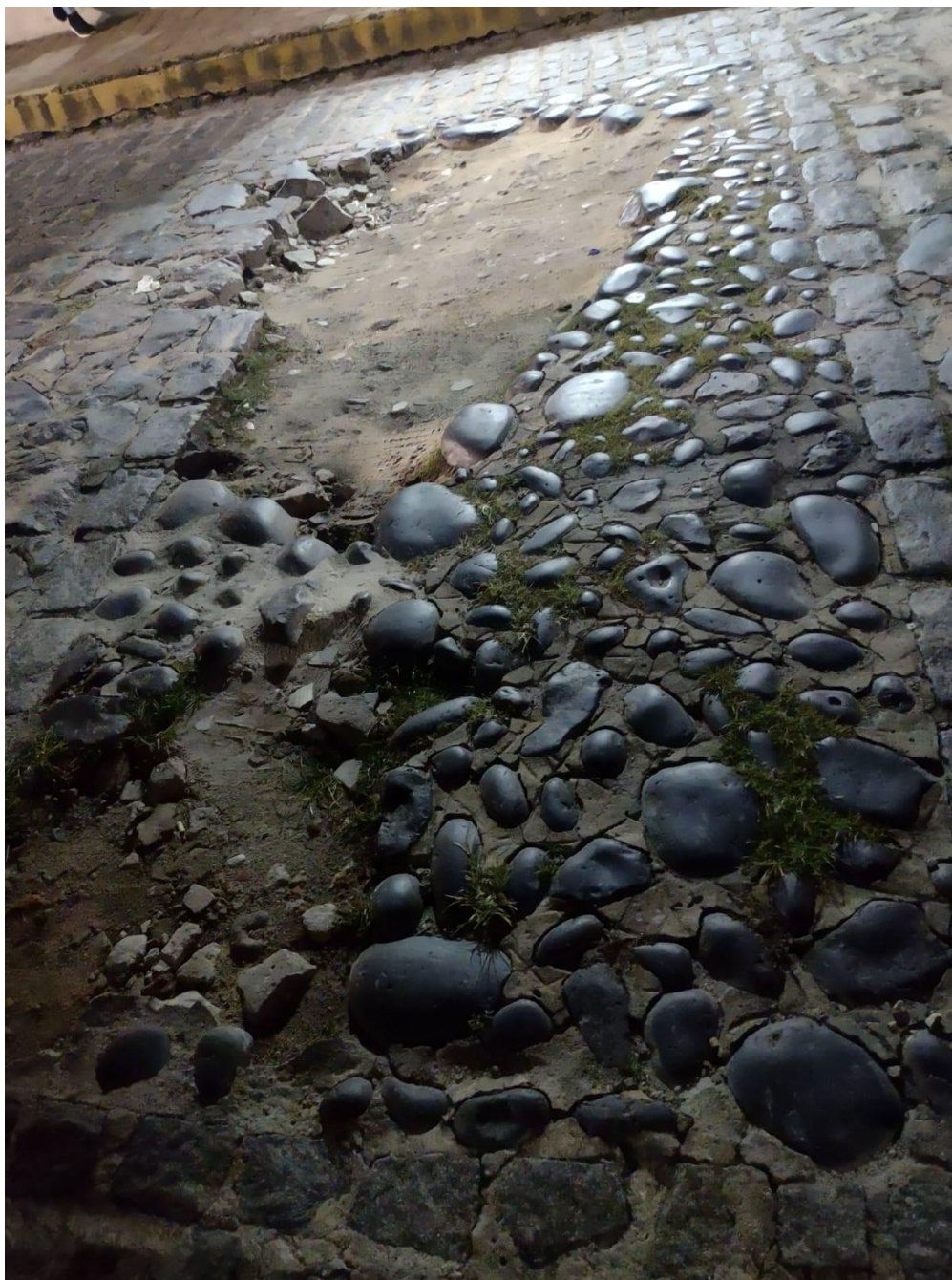


Foto da autora (2022)

O Plano Municipal de Educação Patrimonial destaca a importância de as instituições escolares trabalharem o conteúdo Patrimônio Cultural de maneira que venham a oferecer para os estudantes um norte sobre as questões culturais. Uma das premissas do PMEPP é no conhecimento do patrimônio da própria escola, bem como dos objetos que constam na instituição. Para tanto, o PMEPP deve ser aplicado de forma abrangente, com uma participação interdisciplinar, de modo que a

aprendizagem sobre o conceito de Patrimônio Cultural venha a permear todo o ambiente escolar.

Conforme o PMEOP o “patrimônio cultural é um conjunto de bens materiais e/ou imateriais, que contam a história de um povo através de seus costumes, comidas típicas, religiões, lendas, cantos, danças, linguagens, superstições, rituais, festas.” (OLINDA, 2021, sem paginação).

O patrimônio é tudo o que realizamos, fazemos e construímos ao longo do tempo e que precisa ser resguardado para perpetuação e afirmação da identidade. Como já mencionado, por conta de todos os encantos culturais que o município de Olinda possui, a UNESCO considerou a cidade como Patrimônio Cultural da Humanidade. Além desse título, a cidade também foi contemplada com outros tombamentos tais como: Monumento Nacional, Cidade Ecológica, Primeira Cidade Brasileira da Cultura e Olinda Memória do Mundo. Mais do que nunca, se faz necessário despertar no máximo de indivíduos os benefícios da preservação de nosso patrimônio.

Sobre outros aspectos que constituem o patrimônio e que vão além dos prédios históricos e da cultura – como aqueles vinculados ao meio ambiente, por exemplo –, o PMEOP relata que:

Quanto ao patrimônio ambiental e natural falamos da inter-relação do homem com seus semelhantes e tudo o que o envolve, como o meio ambiente, fauna, flora, ar, minerais, rios, oceanos, manguezais, e tudo o que eles contêm. Esses elementos estão em contato com o homem, e acabam interagindo, e até mesmo interferindo no seu cotidiano. (OLINDA, 2021, sem paginação).

Como citado anteriormente, a cidade ainda hoje mantém seu traçado e sua vegetação de meados do século XVI. Os coqueirais e as árvores frutíferas nos quintais com pomares e plantas medicinais são vislumbrados em toda a cidade. Estas apontam para um costume dos portugueses e também dos nativos que habitavam a região. Com o intuito de manter esses e muitos outros hábitos, o PMEOP traz os quatro eixos temáticos que direcionarão a política municipal, conforme a estrutura adotada pelo PNEP para o entendimento da população:

O PMEOP traz quatro eixos temáticos que posteriormente foram desdobrados em diretrizes para organizar e desenvolver metas com o propósito de alcançar da melhor maneira possível a conscientização

da sociedade sobre a importância da educação patrimonial. Os eixos temáticos são:

- 1) Perspectivas teóricas em educação, patrimônio cultural e memória;
 - 2) Educação Patrimonial: participação social e sustentabilidade;
 - 3) Educação Patrimonial, espaços educativos e cooperação;
 - 4) Educação Patrimonial, marcos legais, gestão e avaliação.
- (OLINDA, 2021, sem paginação).

Nesse sentido, observamos a preocupação da Secretaria de Educação do município com o propósito de levar os conceitos sobre patrimônio cultural, memória e identidade, facilitando assim a aprendizagem dos cidadãos com o intuito de torná-los conscientes dos seus deveres para manter não somente o centro histórico, mas todos os demais espaços da cidade.

É importante frisar que, através deste plano (PMEP), a responsabilidade que deve ser assumida pelos indivíduos em relação ao patrimônio torna-se evidente. Com isso, as políticas públicas propiciam uma aproximação entre a educação, a história, a sociedade e os monumentos históricos. Sobre o tema, Funari e Pelegrini relatam que:

A valorização do patrimônio cultural e a necessidade de reabilitar os centros históricos, na atualidade, constituem premissas básicas dos debates sobre o desenvolvimento sustentável nas cidades latino – americanas, pois esses centros representam a síntese da diversidade que caracteriza a própria cidade. Vista por esse ângulo, a reabilitação dos centros históricos, além de potencializar a identidade coletiva dos povos e promover a preservação de seus bens culturais – materiais e imateriais – pode contribuir para o desenvolvimento urbano, através do aproveitamento de infraestrutura de áreas centrais e do incremento da indústria turísticas. (FUNARI; PELEGRINI, 2014. p, 29)

É essa valorização que a PMEP busca, através da educação patrimonial para que o Sítio Histórico de Olinda continue sendo um bem da humanidade, e que os seus moradores, de qual seja o bairro, passem a se sentir como parte desse bem, cuidando de tal patrimônio.

Cabe ressaltar que a participação da população local é fundamental para a proteção do patrimônio cultural olindense e de tantos outros municípios espalhados pelo Brasil afora. Na maioria deles, há a incidência de leis vinculadas ao tema; bem como interesse dos governos em preservar. Todavia, para que isso ocorra, é necessário um trabalho que busque “educar para valorizar”.

No caso do PMEP de Olinda, o documento foi organizado para mostrar a população por qual motivo devemos valorizar as diferentes culturas, através da

preservação do patrimônio histórico cultural. Em seu texto, o PMEPP relata que:

A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da educação patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.
(OLINDA, 2021, sem paginação).

Aos poucos, vamos sensibilizando os estudantes; incutindo o desejo de se apropriarem do conhecimento sobre a valorização das diferentes modalidades culturais, aguçando os olhares para que possam enxergar os múltiplos detalhes, tanto aqueles visíveis quanto os invisíveis, que existem na cidade de Olinda.

Uma visita ao Sítio histórico permite expandir os olhares para coisas que, aparentemente, são comuns àqueles que lá vivem, porém que não observadas em sua totalidade. Por que esses casarios são coloridos? E essas pedras colocadas nessa ladeira, de onde vieram? Quem as colocou aqui? Por que há casas com três camadas de telhas, outras com duas e, outras com apenas uma?

Esses e outros questionamentos começam a surgir quando passamos não só a olhar a cidade, mas a reparar e enxergar as evidências de várias culturas as quais se completam entre si, formando um único povo.

Além dessas indagações, surgem outros questionamentos: o Plano Municipal de Educação Patrimonial (PMEPP) está sendo colocado em prática? Todas as escolas de Olinda aplicam-no em seus currículos? Como a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) vislumbra o assunto educação patrimonial?

Uma análise relacionada a esses e outros questionamentos – a partir da elaboração do produto desta dissertação – será efetuada na seção a seguir.

3.3 CONHECER PARA VALORIZAR: OFICINA SOBRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Há uma máxima bastante popular que descreve que “só podemos entender a importância daquilo que conhecemos”. O que ocorre, porém, é que em muitas vezes, só entendemos o valor do bem quando já é tarde e/ou o perdemos. Para

compreendermos o porquê do Sítio Histórico de Olinda sofrer com o vandalismo e o descaso da comunidade e das demais pessoas que deveriam protegê-lo, é necessário entender o processo de falta de conhecimento da população sobre a manutenção do patrimônio.

Os problemas se resumem a dois pontos: (a) a falta de conhecimento sobre o patrimônio; e (b) no querer fazer o que é correto para manutenção do patrimônio. Nesse sentido, o Guia Básico da Educação Patrimonial relata que:

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 2008, p. 4)

Assim, tomando como princípio o Guia Básico de Educação Patrimonial, poderemos avançar no processo de aprendizagem sobre o patrimônio cultural, tendo como objeto a motivação de mostrarmos à comunidade o porquê de os objetos tombados ou registrados merecerem a devida valorização, visto que, ao nos prontificarmos a protegê-los, estamos salvaguardando também quem somos e como devemos nos tornar cidadãos críticos. Para obtermos o conhecimento necessário para nos sentirmos cidadãos conhecedores da importância da valorização do patrimônio, é necessário ler o mundo a partir de uma alfabetização cultural.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 2008, p. 4)

Além da chamada alfabetização cultural citada por Horta, Grunberg e Monteiro (2008) temos, através da educação patrimonial, a possibilidade de o estudante compreender a comunidade onde mora e passar a colaborar como cidadão-protagonista, fazendo assim com que o espaço sociocultural, ao qual pertence, se mostre cada vez mais atraente para todos que apreciam a cultura.

Sendo assim, apoiar políticas de valorização do patrimônio cultural, bem como possibilitar ações educativas que justifiquem essas iniciativas foram perspectivas

basilares dessa intervenção, a qual promoveu uma oficina junto aos professores e alunos da Escola Professora Deanna Clarck Xavier⁹, integrante da rede estadual de ensino, no âmbito do Estado de Pernambuco.

O conteúdo proposto para essa atividade foi baseado na legislação que fundamenta a política de patrimônio e, com o debate respaldado para construir a aprendizagem sobre a temática, buscamos reacender a vontade dos estudantes em querer saber sobre as culturas existentes no Sítio Histórico de Olinda.

Assim, fomos observar tudo aquilo que está exposto nas arquiteturas erguidas durante o período colonial, fazendo uma relação com a história sobre as outras culturas que compõem a sociedade brasileira. Alguns dos locais visitados são apresentados nas Figuras 5, 6, 7, 8 e 9, a seguir.

Figura 5 – Faculdade de Olinda - FOCCA



Foto da autora (2022)

⁹ A referida Escola Professora Deanna Clarck Xavier está localizada a Rua Paquetá S/N Bairro Sapucaia de Dentro Olinda-PE

Figura 6 – Igreja de Nossa Senhora do Carmo



Foto da autora (2022)

Figura 7 – Ateliê no Alto da Sé



Foto da autora (2022)

Figura 8 – Sede do Maracatu Nação Pernambuco



Foto da autora (2022)

Figura 9 – Observatório Astronômico de Olinda



Foto da autora (2022)

Com relação a alguns dos locais visitados, apresentados nas Figuras 5 a 9, estes foram escolhidos dada a representatividade para o patrimônio local, que contam uma história sobre a cidade de Olinda. A Faculdade Focca (Figura 5) constitui um importante casario eclético erguido no século XIX e que é um marco turístico da cidade. Nas proximidades, está a Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Figura 6), construída inicialmente em 1580, sendo o mais antigo templo da Ordem Carmelita nas Américas. Ao longo dos anos, o prédio esteve em ruínas e foi reconstruído, sendo restaurado pelo IPHAN na década de 1960, ocasião em que os traçados primitivos foram devolvidos à igreja.

O prédio onde se localiza a sede do Maracatu Nação Pernambuco (Figura 8) já abrigou um hospital destinado aos portugueses. O Observatório Astronômico do Alto da Sé (Figura 9) foi construído em 1890 para a observação dos astros. Hoje em dia, é um centro didático, voltado para a popularização do conhecimento sobre astronomia, com administração realizada pelo Espaço Ciência.

O conhecimento sobre as relações da diversidade cultural que compõem o Sítio Histórico de Olinda é importante para problematizarmos o que conta a história oficial de fundação da cidade¹⁰ e os vestígios deixados – tanto pelos povos originários, quanto pelos povos africanos – para que possam ser reconhecidos e valorizados como parte integrante da nossa identidade. Esse pensamento guarda consonância com o que preconizam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

A pluralidade cultural existente no Brasil é fruto de um longo processo histórico de inserção entre aspectos políticos e econômicos, no plano nacional e internacional. Esse processo apresenta-se como uma construção cultural brasileira altamente complexa, historicamente definida e redefinida continuamente em termos nacionais, apresentando características regionais e locais. Coexistem aqui culturas singulares, ligadas a identidades de origem de diferentes grupos étnicos e culturais. Essa composição cultural tem se caracterizado por plasticidade e permeabilidade, incorporando em seu cotidiano a criação e recriação das culturas de todos esses povos, sem diluí-las, ao mesmo tempo que permite seu entrelaçamento. Nesse entrelaçamento de influências recíprocas, configura-se permanente elaboração e redefinição da identidade nacional, em sua complexidade (BRASIL, PCN, 2001. v. 10, p. 28-29).

Todavia, para manter as diferentes culturas, as quais compõem a sociedade

¹⁰ A história oficial sobre a cidade de Olinda descrita nos livros didáticos apresenta uma ênfase na cultura elitizada, esquecendo dos demais povos com seus fazeres e saberes

brasileira, se faz necessário agregar todas as características regionais e locais que se apresentem como algo significativo em torno de um único local. E nada melhor do que a Casa do Patrimônio, anteriormente abordada nessa pesquisa, para que tais objetivos sejam alcançados. Mas isso não invalida a necessidade de promoção de atividades no ambiente das escolas. Por isso que nesta pesquisa organizamos a oficina de Educação Patrimonial, de modo a impulsionar o entendimento sobre os diversos tipos de patrimônios, sua relevância social, importância de salvaguarda e valorização.

Para isso, articulamos junto à comunidade escolar a participação na ação, reforçando a necessidade de iniciativas que possibilitem o acesso ao conhecimento de forma prazerosa e instigante sobre o sítio histórico olindense, bem como que promova uma reflexão sobre o papel social de cada um em relação ao patrimônio cultural da humanidade. A oficina pedagógica se constitui como um momento em que:

A aprendizagem acontece de forma coletiva e prática, o que resulta em diversos benefícios. Em primeiro lugar, a interação em grupo com diferentes colegas permite que os alunos tenham uma experiência enriquecedora. Já a possibilidade de realizar atividades práticas colabora para que o aluno possa desenvolver diferentes habilidades e competências que envolvem várias áreas que compõem o ser humano. É o caso das dimensões física, intelectual, emocional e social. Além disso, as oficinas pedagógicas devem ser um espaço de diálogo e um momento de aprendizagem ativa, que acolhe e incentiva a participação de todos os estudantes. Dessa forma, exercita-se o protagonismo e a autonomia no processo de aprendizagem.
(VILLA EDUCAÇÃO, 2018, sem paginação)

Nesse ínterim, compreendemos que a realização de uma oficina para a concretização do nosso trabalho seria eficaz na construção da aprendizagem, porque estaríamos unindo o corpo docente e, posteriormente, replicando esse conteúdo junto aos estudantes, os quais, por sua vez, repassariam o conhecimento adquirido para os seus familiares. A ideia, portanto, é de gerar multiplicadores habilitados para desempenhar os cuidados necessários para preservação dos bens culturais.

Nesse sentido, como num bolo, que precisa de fermento para crescer, devemos adotar o mesmo entendimento para o estudo da Educação Patrimonial. Considerando tal analogia, as pessoas são o fermento, já que não se pode existir patrimônio sem que haja seres humanos, os quais habitam no lugar, dando-os vida com seus costumes, danças e crenças.

Como cidadãos, temos a obrigação de fazer esse “bolo cultural” crescer,

possibilitando que os estudantes possam obter o conhecimento necessário e passem a transmitir uns para os outros as informações relativas ao patrimônio.

Ao sentarmos para dialogar com outros docentes sobre a temática do patrimônio cultural, nos deparamos ainda com uma lacuna bastante considerável nos conhecimentos básicos. Para preencher essa ausência de conhecimento, o debate assumiu algumas premissas, como a ideia de que cada indivíduo pode ensinar e aprender dentro de uma discussão; e também de que a educação patrimonial deve ser baseada na interdisciplinaridade, pois sabemos que no âmbito de cada área do conhecimento podemos desenvolver as habilidades, valores e atitudes necessários para o conhecimento em patrimônio.

Nessa ótica, a oficina mostra-se como ferramenta e metodologia adequada para que os docentes possam ensinar e aprender com os discentes, de uma forma que não seja possível se distanciar do conteúdo apresentado, porque através da oficina pedagógica conseguimos criar uma maneira descontraída para transmitir o conteúdo, sem a pressão que é típica de uma sala de aula tradicional, onde o professor explica e o aluno, em papel predominantemente passivo, apenas escuta e questiona.

Para aprimorar esse conhecimento, os demais docentes, de forma conjunta, sugeriram a elaboração de um jogo de memória físico ou virtual, de modo que pudéssemos colocar em prática os conhecimentos relacionados à Educação Patrimonial. Com a atividade lúdica, espera-se que os estudantes possam debater e aprender de uma forma prazerosa e eficaz.

A ideia é realizar uma prática interdisciplinar, a partir da união das disciplinas de História, Geografia, Português, Matemática, Artes e Ciências, as quais formam a educação básica. O conteúdo relacionado à Educação Patrimonial estabelece o elo entre as áreas, com uma abordagem transversal. Japiassu (1976, p. 75) descreve a proposta de atividade como uma abordagem interdisciplinar:

Podemos dizer que nós reconhecemos diante de um empreendimento interdisciplinar todas as vezes em que ele conseguir incorporar os resultados de várias especialidades, que tomar de empréstimo a outras disciplinas certos instrumentos e técnicas metodológicos, fazendo uso dos esquemas conceituais e das análises que se encontram nos diversos ramos do saber, a fim de fazê-los integrarem e convergirem, depois de terem sido comparados e julgados. Donde poderemos dizer que o papel específico da atividade interdisciplinar consiste, primordialmente, em lançar uma ponte para ligar as fronteiras que haviam sido estabelecidas anteriormente entre as disciplinas com o objetivo preciso de assegurar a cada uma, seu

caráter propriamente positivo, segundo modos particulares e com resultados específicos.
(JAPIASSU, 1976, p. 75)

É com esse empréstimo de conhecimentos, oriundos das diferentes disciplinas, que construiremos juntos aos discentes uma ação de debate sobre a temática da valorização do patrimônio cultural, ampliando os olhares através das análises dos saberes, assegurando o conhecimento a partir da interdisciplinaridade.

Dessa forma, o trabalho prático foi ordenado em três etapas, sendo que, no primeiro momento, construímos um diálogo com os professores de diferentes disciplinas para saber o que cada um possuía de conhecimento sobre o conceito de patrimônio cultural. Depois dessa sondagem inicial e abertura do diálogo sobre o tema, partimos para a segunda etapa, na qual os docentes foram levados para uma visita guiada ao Sítio Histórico de Olinda. Por fim, houve uma reunião para discutirmos, de forma conjunta, a confecção do jogo. O objetivo desta etapa era a criação de uma ferramenta lúdica que pudesse despertar a atenção dos estudantes para que estes se voltassem à temática da educação patrimonial, despertando a sua criticidade no ambiente da escola, do bairro e da cidade.

Com a ação da visita guiada junto aos professores em percurso pelo sítio histórico, buscamos despertar nos docentes noções de educação patrimonial, a partir do conhecimento dos locais históricos e da importância do cuidado e da preservação.

Além de ressaltar a importância dos bens históricos, foi abordada a importância da preservação do prédio da própria escola e das demais instituições públicas e privadas. Nesse debate, foi enfatizado que, ao cuidar de um espaço público e de uso coletivo, estamos contemplando a sua beleza e mantendo-o agradável e belo para os demais usuários.

Ao usarmos uma abordagem interdisciplinar para abordar os conteúdos relacionados ao patrimônio cultural, conseguimos sedimentar o conteúdo junto aos discentes, a partir de uma associação dos diferentes conhecimentos como uma forma de nos cercar de todas as informações necessárias para o trabalho do referido tema em questão.

Com relação à visita ao Sítio Histórico de Olinda junto aos docentes, fomos, passo a passo, nos redescobrimos pelas ruas estreitas da cidade, em meio às informações do passado que convivem em harmonia com a Olinda contemporânea. Fomos nos deixando levar pela história na missão de subir e descer as ladeiras, as quais muitos as utilizam no período carnavalesco, com detalhes que podem passar

de forma invisível em meio à folia, mas que contam uma rica história dia após dia.

Fomos observando e nos apropriando da beleza da paisagem que, àquela altura, nossos olhos estavam a contemplar e imaginar. E em meio a todas as admirações, os docentes também se mostraram perplexos por ainda existirem tantas situações de descaso com os prédios tombados. A beleza era maculada por pichações e sujeira, tirando o brilho de locais que eram para estar salvaguardados pelas autoridades, juntamente com a população.

Durante a visita, alguns docentes falaram dos casarios juntinhos pintados de cores vibrantes e diferentes, vide Figura 10, indicando um hábito utilizado no período colonial para que as pessoas reconhecessem suas moradias pela cor. Um verdadeiro arco-íris, exposto; anunciando que naquele lugar viveram pessoas as quais aportaram com uma incumbência de colonizar o lugar e, obviamente, *a posteriori*, com a missão de impor sua cultura (portuguesa). Tal movimento fez com que, ainda hoje, a cultura dos colonizadores esteja sobreposta a dos colonizados.

Figura 10 – Casarios coloridos de Olinda



Foto da autora (2022)

Logo depois, observamos os telhados triplos e duplos chamados de “eira, beira e tribeira” que, de acordo com as histórias contadas pela população local, apontam para o poder aquisitivo de quem morava nas casas. Ficamos a refletir e logo um dos professores que estavam presentes falou: “Esse tipo de telhado resultou no provérbio, “fulano não tem eira, nem beira” para representar que determinada pessoa, em si, é desprovida de riquezas. Nos dias atuais, o uso desse provérbio é um tanto incomum, porém durante muito tempo se fez ecoar nos recantos olindenses, indicando se um cidadão estava apto para casar com determinada pessoa ou não, devido a sua condição financeira. Quando tal citação era mencionada, era motivo de muitos riso e zombarias.

Em seguida, depois de uma longa caminhada pelas ruas e ladeiras, em especial a da Misericórdia, chegamos ao Alto da Sé. Pela inclinação da via, muitos docentes comentavam que “estávamos muito próximos de alcançar o céu”. Ao chegarmos ao topo, pudemos contemplar um verdadeiro encontro cultural, com turistas de diversos estados e países, convivendo com os nativos.

É no Alto da Sé que estão localizadas várias barracas de gastronomia local, com ênfase nas tapioqueiras, e nos espaços destinados à venda de artesanatos, dos mais variados estilos. Ficamos observando o vai e vem das pessoas, ávidas pelas novidades expostas e desejosas para experimentar das iguarias gastronômicas locais. Ressalta-se que o espaço vem, há anos, movimentando a culinária de Olinda, enaltecendo seus diferentes sabores e aromas, trazendo com isso mais um fazer da cultura da cidade.

Após entramos na Catedral da Sé, Matriz de São Salvador do Mundo, o qual é o padroeiro da cidade, vide Figura 11, nos debruçamos a contemplar a paisagem deslumbrante no terraço que fica atrás da igreja, representada na Figura 12. Na ocasião, começamos a dialogar sobre a beleza da vista, pois do alto da cidade pode-se observar a vegetação, o oceano, a Igreja de São Francisco e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Tais templos parecem reverenciar a catedral e, ao mesmo tempo, prestam também homenagem à extensa exposição dos coqueiros e demais vegetações ali expostas.

Nesse mesmo visual panorâmico podemos visualizar a vizinha cidade do Recife, atual capital de Pernambuco, com seus imponentes prédios, verticalizando a paisagem, conforme Figura 13. São dois mundos visivelmente distantes, porém, ao mesmo tempo, bem próximos um do outro.

Figura 11 – Catedral de São Salvador do Mundo (Catedral da Sé)



Foto da autora (2022)

Figura 12 – Vista do terraço da Catedral de São Salvador do Mundo



Foto da autora (2022)

Figura 13 – Recife, a partir do olhar da vizinha cidade de Olinda



Foto da autora (2022)

Passamos, em seguida, a conjecturar sobre a paisagem a qual estávamos a admirar e imaginamos o porquê de esse cenário ter chamado a atenção do Donatário da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira, instigando-o a construir uma Vila a qual, mais tarde, se transformaria na cidade de Olinda. De fato, não podemos deixar de acreditar que Duarte Coelho foi estratégico ao escolher aquele lugar, pois, do alto da colina, dava para ver os possíveis invasores com bastante antecedência, possibilitando a preparação de sua defesa para um possível ataque. Soma-se a isso a vista ser linda.

Em outro momento da visita, nos deparamos com as bicas¹¹, datadas do século XVI, e ainda em funcionamento. Logo, o professor de matemática indagou: “como seria o seu funcionamento? Será que a vasão de água dessa bica continua a mesma, em comparação com a época de sua fundação? Os outros docentes da área das ciências exatas começaram a se articular para trabalhar junto aos estudantes a questão do sistema de água do passado, comparando-o com o sistema atual. O

¹¹ Existem três bicas centenárias localizadas no Sítio Histórico: Bica dos Quatro Cantos, Bica de São Pedro e Bica do Rosário.

debate contemplou também informações sobre desperdício e o racionamento hídrico, os quais constituem problemas atuais.

Conforme vislumbrado na Figura 14, percebemos o quanto essas bicas contribuíram para o cotidiano dos moradores da Vila de Olinda, nos seus afazeres cotidianos. A água é um atributo indispensável para a sobrevivência do ser humano, mas é um bem esgotável. E como tal, devemos conservar e preservar este bem natural, em complemento ao patrimônio cultural que o cerca.

Figura 14 – Bica de São Pedro



Foto da autora (2022)

Recentemente, as bicas – que ao longo dos séculos vem contribuindo para o bem-estar social dos olindenses – foram revitalizadas e entregues à população, de modo que as pessoas possam continuar se beneficiando com o uso dessas águas, assim como no passado. Sobre o tema, a prefeitura de Olinda descreveu que:

O prefeito de Olinda, Professor Lupércio, entregou nesta terça-feira (11.12), a requalificação das três bicas centenárias, localizadas no Sítio Histórico. Após 15 anos de abandono, as fontes integrantes do patrimônio e da memória afetiva da cidade foram revitalizadas. A iniciativa é fruto de uma parceria do município com o Governo Federal, com investimentos na ordem de R\$ 227 mil. O trabalho incluiu a reforma geral das áreas frontais e pisos, além de drenagem, pintura, nova iluminação e a instalação de filtros especiais para tratamento da água, que agora passa a ser potável e fica à disposição da população. As bicas de São Pedro, do Rosário e dos Quatro Cantos, datam do início do século XVI, tendo assistido a todo o crescimento do município. Os equipamentos agora voltam a servir os moradores, resgatando também a sua função social. O prefeito destacou a importância das peças. “Após tantos anos maltratadas e sem qualquer serventia, nós temos a alegria de entregar as bicas para os olindenses e todos aqueles que nos visitam. São locais pelos quais a população tem muito carinho e que promovem um resgate do nosso passado”, disse o Professor Lupércio. (OLINDA, 2018, sem paginação).

Atualmente, quando passamos pela Bica dos Quatro Cantos, notamos uma triste situação, ao nos depararmos com lixo entulhado, cacos de vidros expostos e muita sujeira no seu entorno, como exposto na Figura 15. Percebemos o quanto a população ainda não conseguiu assimilar a importância da preservação dessas bicas, que ainda têm a mesma serventia nos dias atuais, caso permaneçam conservadas. É algo incompreensível quando não pensamos em manter uma bica que abasteceu tantas casas ao longo da história e que, ainda hoje, segue fazendo-o.

Figura 15 – Bica dos Quatro Cantos envolta em lixo e pichações



Foto da autora (2022)

Nesse mesmo dia, começamos a comparar o Sítio Histórico de Olinda com o bairro de Sapucaia de Dentro, onde está situada a Escola Prof.^a Deanna Clarck Xavier, exposta na Figura 16, e que constitui o plano de fundo para esta proposta de intervenção. Sendo ambos os bairros pertencentes à mesma cidade, os dois lugares sofrem, praticamente, com os mesmos problemas: o lixo depositado em local indevido, as pichações e as depredações.

Essas práticas ruins apresentadas nos dois locais causam uma série de problemas, pois fazem com que o local fique feio e sujo, trazendo insetos e doenças para a população e afastando os turistas. Com isso, fecha-se um novo elo no ciclo, já que a prefeitura deixa de arrecadar e a população vem a sofrer com a ausência de novos investimentos.

Figura 16 – Fachada da Escola Prof.^a Deanna Clarck Xavier



Foto da autora (2022)

É claro que a falta cometida pela população não quer defender os bens que são seus, por direito, ocorre pelo desconhecimento dos seus deveres para a manutenção de determinado objeto, como já debatido em estudo. Com isso, acabam sofrendo, impactando o próprio entorno, já que, com a depreciação, cogitou-se a

retirada do título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

No caso da comunidade na qual a Escola está inserida, a população sofre com os mais diversos problemas. Ao mesmo tempo, os próprios estudantes danificam os patrimônios públicos, achando que estes não lhe pertencem, sendo uma posse do governo. Ledo engano, pois tudo que é público, especialmente a escola, pertence a todos os cidadãos.

No terceiro e último momento, realizamos uma segunda reunião com os docentes na Escola Professora Deanna Clarck Xavier para a confecção de um produto que pudéssemos trabalhar de maneira lúdica e divertida com os estudantes, com o objetivo de promover a conscientização da preservação do patrimônio cultural da humanidade olindense. Depois da conversa inicial, sobre a temática, e a visita ao Sítio histórico, começamos a ouvir as sugestões sobre a realização de uma atividade para aplicar o conteúdo, como evidenciado na Figura 17.

Figura 17 – Reunião com os docentes e confecção do jogo de memória físico



Foto da autora (2022)

Em primeiro lugar, devemos levar em consideração a situação da instituição e a condição social dos alunos, portanto não adianta querermos fazer algo que nossos discentes não consigam realizar. Nesse ínterim, nos organizamos e começaram surgir as ideias; vamos desenvolver um jogo físico ou virtual? A análise considerou a situação atual dos recursos disponíveis pela instituição, bem como a condição dos estudantes. Daí, depois de muitas sugestões e após um grande momento de diálogo, optamos pela realização de um jogo de memória físico.

Esse tipo de jogo é formado por peças, comumente no formato de cartas, as quais possuem uma figura impressa em um dos lados. Cada uma das figuras possui um par. A dinâmica do jogo consiste em embaralhar as cartas, voltando a face das figuras para baixo, de modo que os participantes não consigam vê-las. Em cada jogada, os participantes devem escolher duas peças aleatórias, virando-as para que os demais jogadores também as vejam.

Caso as cartas escolhidas correspondam a figuras iguais, o participante deve recolhê-las. Com isso, avança na pontuação do jogo e ganha o direito de jogar novamente. Se as cartas escolhidas, contudo, não formarem um par entre si, estas devem ser viradas novamente e recolocadas na mesma posição em que foram encontradas. Nesses casos, a vez do jogo é passada ao participante seguinte. O vencedor corresponde àquele participante que, ao final da rodada, detiver o maior número de pares.

A escolha desse jogo foi meticulosamente pensada, pois além de ter um custo baixo – ou até mesmo zero – é algo que pode ser utilizado várias vezes, adotando também material reciclável para sua confecção.

Com o objetivo de memorizar as imagens rapidamente, passamos a criar uma relação entre a figura e a sequência disposta das cartas. Assim, buscamos aperfeiçoar o raciocínio e as estratégias de jogabilidade, garantindo o desenvolvimento da concentração de nossos alunos, fazendo com que aprendam a observar mais o que está sendo exposto e passem a tomar a decisão correta.

Também acentuamos as habilidades cognitivas, para que o conhecimento passe a ser assimilado de forma rápida e objetiva; treinamento da memória visual, pois, ao descobrimos as cartas com o conteúdo, vamos treinando nossos olhos para

onde está o outro par. Consequentemente, estamos desenvolvendo a percepção, a concentração, o foco e a habilidade de não só olhar, mas reparar nos detalhes de forma efetiva, de modo que possamos construir os pilares da formação intelectual de maneira segura e eficaz.

Para construir o jogo usamos cartolina dupla face ou papelão, imprimimos as imagens de variados pontos históricos culturais no Sítio Histórico olindense. Uma outra sugestão é o uso de fotos retiradas de revistas velhas. Depois recortamos a cartolina em quadrados e colamos as imagens em pares. A princípio, formamos um jogo com dez pares de figuras. Cada imagem, em seu rodapé, tem um pequeno texto relatando a importância do objeto para o patrimônio cultural. A versão final do jogo criado pode ser vista na Figura 18.

Na própria construção do jogo fomos desenvolvendo a interdisciplinaridade: quando fomos recortando os quadrados, por exemplo, o professor de matemática relatou que iria trabalhar o conteúdo “ângulo reto” quando fôssemos construir o jogo com os alunos. Já a professora de geografia disse que trabalharia as pedras, a vegetação da Olinda do passado e uma comparação com a paisagem do presente. Juntos, construímos momentos agradabilíssimos e trocas de conhecimentos, regados por uma boa xícara de café e uma generosa fatia de bolo de fubá.

Figura 18 – Jogo da memória criado pelos docentes



Foto da autora (2022)

Após a elaboração do jogo, a ideia foi colocada em prática, em atividade de teste junto aos discentes. Os alunos foram convidados a jogarem, em duplas. Quem conseguisse acertar o par das imagens, deveria explicar a história do patrimônio que constasse na figura, dando ênfase à valorização. Por esse motivo, também foi incluída no jogo a foto da fachada da escola, para que os alunos possam perceber a importância da preservação dela e de todos os objetos que fazem parte do ambiente escolar.

O momento de explicação das imagens foi marcado pela criatividade e informalidade, explorando a construção do conhecimento, em detrimento do mero ato de “decorar conteúdos”. Com a ação, criamos um ambiente propício e agradável para

o ensino da educação patrimonial de forma interdisciplinar às demais disciplinas integrantes do currículo do nível fundamental.

E assim terminamos, certos da nossa pequena contribuição para o fortalecimento do conhecimento em Educação Patrimonial, que embora tenha, no papel, uma bela legislação, ainda não possui uma efetiva aplicação prática. Conseguimos transpor conhecimento das folhas cheias de fungos do Guia da cidade para o cotidiano da escola, vivo; pulsante.

Foi uma experiência gratificante quando comecei a ministrar a aula sobre a nossa obrigação, como cidadãos olindenses, de preservar e valorizar o sítio histórico de Olinda e também de esclarecer como tudo aquilo que está ao redor pode nos beneficiar, em especial a Escola Prof.^a Deanna Clarck Xavier.

É lá onde passamos muito do nosso tempo, não só aprendendo os conteúdos inerentes à série escolar a qual pertencemos, mas é nesse ambiente de aconchego proporcionado pela escola que podemos fazer amigos, que nos alimentamos, praticamos esportes e nos divertimos. E, assim, terminamos a aula na certeza de termos alcançado, de maneira prazerosa, a assimilação do conteúdo patrimônio cultural, situação na qual os discentes passaram a dar um pouco mais de valor à sua história e à sua escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Patrimonial ainda constitui um tema que carece de esforços em prol do seu pleno desenvolvimento nas escolas, mesmo em municípios que guardam elevado valor e reconhecimento histórico para o país e para a humanidade, como é o caso de Olinda-PE. Muito dessa lacuna se deve à ausência de aplicação dos mecanismos legais existentes, nos mais diversos níveis, quer seja municipal, estadual ou federal.

Para o caso analisado, na cidade de Olinda, vislumbram-se esforços, muitos dos quais empreendidos pelo IPHAN, na tentativa de manter vivas as tradições e a cultura de um povo e, de forma simultânea, conservar ruas, igrejas, casarios e diversos outros bens. Contudo, o trabalho desses órgãos ainda é desconectado com outras iniciativas semelhantes, as quais – caso unidas – potencializariam os resultados obtidos.

A presente dissertação teve por objetivo geral implementar uma experiência de Educação Patrimonial em escolas do município de Olinda-PE, como forma de promover e valorizar o patrimônio local. Nesse sentido, julga-se que este fora atingido com êxito, já que foi elaborada uma solução simples, a partir de um jogo da memória, com alguns dos principais bens que constituem o patrimônio histórico da cidade. Além destes, foi também inserida na proposta a conservação do patrimônio da própria escola, como forma de despertar o sentimento de pertença e de proximidade com o bem público.

O alcance deste objetivo só se deu em virtude do atingimento dos demais marcos específicos que foram propostos para o trabalho. O primeiro deles, de construção de uma proposta lúdica para a intervenção. Como descrito nos resultados, optou-se, de forma conjunta, por um jogo da memória, pela facilidade em sua confecção e aplicação. Por ser popular, o jogo não demanda explicações sobre seu funcionamento e suas regras e também não exige recursos para a sua criação.

Por sinal, a própria criação das peças do jogo de memória já constitui uma rica etapa de aprendizado para os alunos, sendo capaz de integrar conteúdos de diversas áreas do saber, como geografia, artes e matemática, por exemplo. Ademais, as peças podem ser utilizadas em outras turmas, representando um recurso didático à

disposição da escola e de seus professores.

Para subsidiar o preparo dos demais docentes com relação à Educação Patrimonial, foi efetuada uma visita guiada aos principais pontos do Sítio Histórico de Olinda, em um percurso que permitiu vislumbrar prédios, casarios, igrejas, vegetação, bicas, gastronomia, artesanato e diversos elementos culturais.

A ação permitiu também a realização de um debate sobre os contrastes entre a conservação e a depredação dos bens. Avalia-se que, dessa forma, os membros da instituição de ensino puderam conhecer os principais elementos que constituem os patrimônios materiais e imateriais da cidade de Olinda.

A aplicação prática da ação permitiu observar, em caráter de teste piloto, aquilo que fora planejado para a Educação Patrimonial das turmas da escola. Acredita-se que o momento foi marcado pela criatividade e informalidade, em um processo de construção coletiva do conhecimento, fugindo do modelo tradicional, de exposição dialogada ou então do mero protagonismo do professor, para a ação focada no próprio aluno.

Assim, julgamos que uma ação simples e sustentável pode ser capaz de gerar resultados positivos para a conscientização sobre a importância da preservação de nosso patrimônio, como forma de gerar resultados para as futuras gerações, a partir do compartilhamento de conhecimento. Esse mesmo modelo também privilegia a formação de guardiões do patrimônio, a partir da máxima “conhecer para valorizar”.

As impressões tidas ao final da aula em que o jogo fora aplicado foram vinculadas a sentimentos de gratidão e de dever cumprido. Esse termômetro é natural a qualquer docente quando finaliza uma aula e sente, em cada olhar, cada pergunta, reação e mudança de atitudes nos seus alunos, de que o conhecimento foi sedimentado.

As ações aqui descritas podem ser replicadas em outros municípios que carecem de iniciativas semelhantes de preservação do seu patrimônio, já que constituem ideias simples e que podem ser adaptadas considerando o contexto local, de norte a sul do país.

Compreende-se também que essa proposta pode ser potencializada, em momentos futuros, com a criação de eventos que pautem a temática da Educação Patrimonial, como em visitas a museus, distribuição de livros e cartilhas sobre os bens

que integram o patrimônio, rodas de conversas e debates, feiras culturais e quaisquer outras iniciativas capazes de gerar sensibilização em toda a comunidade.

Por fim, partindo da premissa de que os mestrados profissionais devem cumprir a finalidade de qualificar professores para o exercício da docência, munindo-o de ferramentas metodológicas e de arcabouço teórico para tal, acredita-se que a proposta contida nesta pesquisa tenha alcançado êxito em seu intuito, de propor uma transformação – a partir da educação patrimonial – para além dos muros da universidade, gerando transformação social.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO. **Olinda**: ameaça ao título de patrimônio. 2013. Disponível em: <<https://amp-pe.jusbrasil.com.br/noticias/100475832/olinda-ameaca-ao-titulo-de-patrimonio-diario-de-pernambuco-vida-urbana>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BEZERRA, Jaci. **Livro de Olinda**. 4ª edição Rio de Janeiro. Editora José Olympio. Nov. de 1996.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo. Editora Contexto, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em: 03 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação patrimonial para o Programa Mais Educação**. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 2001.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Alternativas contemporâneas para políticas de preservação. **Revista Topos**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.134-138, jul./dez., 1999.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. **Olinda do Salvador do Mundo**: biografia da Cidade. Recife: Editora Asa, 1986.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê? Textos escolhidos**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

FERREIRA, Antonio do Carmo. **MUNDOLINDA** e outros mundos – poemas. Recife: Edição do autor, 1981.

FREYRE, Gilberto. **2º Guia Prático, Histórico e Sentimental de Cidade Brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1944.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane

Queiroz. **Guia básico da educação patrimonial**. Petrópolis: Museu Imperial/DEPROM-IPHAM-MINC, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL [IPHAN]. **Patrimônio Cultural**. 2020. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL [IPHAN]. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_378_de_13_de_janeiro_de_1937.pdf>.

INSTITUTO NACIONAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL [IPHAN]. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: Uma trajetória**. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória/SPHAN, 1980.

INSTITUTO NACIONAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL [IPHAN]. **Portaria nº 299, de 17 de julho de 2015**. 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_299_2015_dpi.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL [IPHAN]. **Olinda-PE**. 2016. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/351/>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL [IPHAN]. **Casa do Patrimônio de Olinda promove oficina com participação da sociedade**. 2015. Disponível: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2165/casa-do-patrimonio-de-olinda-promove-oficina-com-participacao-da-sociedade>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL [IPHAN]. **Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos**. 2. ed. ver. e ampl. Brasília: IPHAN, 2014.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

LODY, Raul. Um homem conectado com sua região. **Revista Continente**, n. 233, maio, 2020. Disponível em: <<https://revistacontinente.com.br/edicoes/233/um-homem-conectado-com-sua-regiao>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

LOPES, Petter. **Leis, o que são e para que servem**. 2021. Disponível em: <<https://periciacomputacional.com/leis-o-que-sao-e-para-que-servem/>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MAGALHÃES, Aloisio. **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

MARCONDES, Lula. **“O Norte – Oficina de criação”**. Olinda: Casa do Patrimônio de Olinda, 2020.

MARINHA. Centro de Hidrografia da Marinha. **Lista de faróis**. 38a. ed. Niterói: DHN, 2022.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. História, historiografia e pesquisa em educação histórica. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 74, p. 17-33, mar./abr., 2019.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. **Verbetes Patrimônio**. 2020. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/busca?id=3wPaw>>. Acesso em: 8 abr. 2022.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Constituição federal assegura ampla proteção ao patrimônio cultural do país**. 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-ago-11/constituicao-assegura-ampla-protecao-patrimonio-cultural-pais>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Lei do Tombamento completa 80 anos, mas permanece atual**. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-dez-09/ambiente-juridico-lei-tombamento-completa-80-anos-continua-atual>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OLINDA. Prefeitura Municipal. **A cidade**. 2020. Disponível em: <<https://www.olinda.pe.gov.br/a-cidade/historia/>>. Acesso em: 08 jun. 2022.

OLINDA. Prefeitura Municipal. **Bicas seculares são reinauguradas no sítio histórico de Olinda**. 2018. Disponível em: <<https://www.olinda.pe.gov.br/bicas-seculares-sao-reinauguradas-no-sitio-historico-de-olinda>>. Acesso em: 06 mar 2022.

OLINDA. Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Educação Patrimonial**. 2021. Disponível em: <<https://www.olinda.pe.gov.br/secretarias-e-orgaos/secretaria-de-patrimonio-cultura-turismo/plano-municipal-de-educacao-patrimonial/?pdf=27204>>. Acesso em: 20 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO]. **Patrimônio Mundial no Brasil**. 2020. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia/expertise/world-heritage-brazil>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

PELEGRI, Sandra; FUNARI, Pedro Paulo. **O que é patrimônio cultural imaterial**. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

REISEWITZ, Lúcia. **Direito Ambiental e patrimônio cultural:** direito à preservação da memória, ação e identidade do povo brasileiro. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004.

SILVA, Daniel Neves. **Invasões Holandesas.** 2020. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/invasoes-holandesas.htm>>. Acesso em: 17 mai. 2022.

TODOROV, Tzvetan. **O Homem Desenraizado.** Rio de Janeiro: Editora Record. 1991.

TOMAZ P. C. A Preservação do Patrimônio Cultural e sua trajetória no Brasil. **Fênix UFU. Online**, v. 07, 2020.

VILLA EDUCAÇÃO. **Oficinas pedagógicas:** uma alavanca para a educação de qualidade dos seus filhos. 2018. Disponível em: <<https://www.campusvilla.com.br/oficinas-pedagogicas/>>. Acesso em: 06 mar. 2022.